

Relatório da Administração

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa atua com a missão de prestar de forma sustentável os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com foco em atender às necessidades dos pernambucanos. Além disso, preza pela transparência nas suas políticas e ações em prol do alcance de sua missão.

Considerando o panorama econômico nacional de redução considerável da atividade econômica, impactando diretamente o resultado das empresas, é coerente afirmar que o desempenho da empresa em 2017 foi satisfatório, com o crescimento do lucro societário que alcançou o valor de R\$ 183 milhões de reais. Mesmo diante da descontinuidade dos repasses do Governo Federal, a Compesa conseguiu manter boa parte dos investimentos que já estavam em andamento, evitando, sempre que possível, a paralisação de empreendimentos mais críticos.

A gestão, embasada em um planejamento estratégico consolidado, seguiu aperfeiçoando os seus processos, em busca de resultados cada vez melhores. Direcionou esforços para novas frentes de atuação, como a inovação e o Compliance – buscando não só se adequar a novas legislações, como também se aprimorar. Investiu fortemente ainda na área ambiental, com o foco de padronizar e adequar algumas de suas principais estruturas às normas internacionais de qualidade.

Contamos mais um ano com um quadro de profissionais engajados, processos cada vez mais consistentes e investimentos robustos e apropriados. Isso tudo, em harmonia, tem nos tornado uma empresa forte e perene. Fomos reconhecidos, pela segunda vez, como empresa referência no setor de saneamento pelo Prêmio “As Mulheres da Dinheiro” e como a “A melhor empresa do setor de saneamento” pelo Prêmio Época Negócios 360°. Isso é um sinalizador de que os esforços empenhados nos últimos anos têm sido no caminho certo. O ano de 2017 não foi diferente; esperamos que 2018 seja ainda melhor. Em Pernambuco, podemos destacar o apoio irrestrito do Governador Paulo Câmara, dando o suporte necessário para que a gestão baseada no estabelecimento e monitoramento de metas cumpra com sua missão.

1. PLANO DE INVESTIMENTOS

Para exercer sua atribuição de executar a política governamental de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Governo do Estado de Pernambuco, a Compesa realiza elevados investimentos, oriundos das diversas fontes de recursos disponíveis para o setor em infraestrutura, visando a expansão e eficiência operacional de seus sistemas na busca pela universalização do acesso aos serviços.

Assim, no ano de 2017, a empresa investiu R\$ 718 milhões, sendo R\$ 303 milhões com recursos próprios (destes, R\$ 234,5 milhões referente ao esforço Compesa para execução do Programa Cidade Saneada), R\$ 223 milhões oriundos de recursos do orçamento geral da União e R\$ 192 milhões em operações de crédito em que o Governo do Estado é o proponente das ações.

1.1 Obras Estratégicas para a Região Metropolitana do Recife

Na Região Metropolitana do Recife, mais uma vez, a Compesa permaneceu desenvolvendo várias ações e investimentos para expandir a distribuição de água, bem como proporcionar um abastecimento cada vez mais contínuo.

Entre as iniciativas mais relevantes que foram concluídas em 2017, destacam-se: a) Obras dos grandes anéis do Recife (Lote2): beneficiou cerca de 140 mil pessoas, contemplando os bairros de Boa Viagem, Pina, Brasília Teimosa, São José, Santo Antônio, Ilha do Leite, IPSEP e Imbiribeira;

b) Obra de ampliação do SAA dos Morros do Iburá: atendendo às comunidades do loteamento Grande Recife, Dois Carneiros, Jardim Monte Verde, Três Carneiros, Zumbi do Pacheco Alto e Baixo, UR 10, Vila das Crianças, Lagoa Encantada, Vila das Aeronaves e Vila Tancredo Neves, beneficiou cerca de 97 mil habitantes.

Para o esgotamento sanitário, além das iniciativas já incluídas no Programa Cidade Saneada, também se destaca a obra de implantação do SES Paulista, que beneficiará os bairros de Fragoço, Torres Galvão e Tabajara; em sua primeira etapa, deverá contemplar cerca de 38 mil habitantes.

1.2 Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água

Continuando a busca pela universalização do acesso à água, os investimentos realizados pela Compesa em prol da melhoria do abastecimento e expansão, neste ano, foram na ordem de R\$ 410 milhões, ampliando o atendimento para mais de 57 mil domicílios.

1.3 Sistema Adutor do Agreste – 1ª Etapa

Maior obra hídrica em execução no Brasil; após concluída, será o maior sistema de abastecimento de água operado pela Compesa e um dos maiores sistemas integrados do mundo. Atenderá com abastecimento de água a 68 sedes municipais, 80 localidades urbanas e contará com a implantação de cerca de 1.300 km de adutoras, transportando água do Rio São Francisco à região que apresenta o menor balanço hídrico no país. Com um investimento total estimado em R\$ 3 bilhões, do Governo Federal e do Governo do Estado, beneficiará uma população de 2 milhões de habitantes; deste montante já foram investidos quase R\$ 800 milhões, em serviços, materiais e equipamentos até o ano de 2017.

1.4 Sistema Adutor do Moxotó

Com o objetivo de antecipar o início de operação da 1ª Etapa do Sistema Adutor do Agreste, projetou-se o Sistema Adutor do Moxotó entre o Reservatório de Moxotó e o Trecho 1A do Lote 02 da Adutora do Agreste em Arcoverde. Será beneficiada uma população de mais de 400 mil habitantes em 10 municípios. Em 2017, contou com investimentos de aproximadamente R\$ 25 milhões. A previsão é que no 1º semestre de 2018 o sistema entre em operação.

1.5 Sistema Adutor de Pirangi

O Sistema Adutor do Pirangi consiste de captação e adução de água do Rio Pirangi, no município de Catende, até a barragem do Prata. Esse sistema permitirá um incremento de água próximo de 350 l/s e possibilitará um aumento na oferta de água para os municípios de Caruaru, Agrestina, Altinho, Ibirajuba, Cachoeirinha, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Riacho das Almas, Cumaru e Passira, além de distritos da região, beneficiando uma população de cerca de 800 mil habitantes.

Essas obras foram incluídas no Projeto de Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco, que conta com recursos do Banco Mundial – BIRD e do Governo do Estado, no valor de mais de R\$ 45 milhões. As obras foram concluídas no 1º semestre de 2017.

1.6 Setorização da Rede de Distribuição de Olinda

Com investimentos da ordem de R\$ 134 milhões, com recursos do Banco Mundial através de captação do Governo do Estado, iniciada em março/2016, essa obra deverá beneficiar cerca de 246 mil pessoas por meio do controle e equilíbrio do abastecimento, redução das perdas de água e eliminação do rodízio. As áreas beneficiadas com o empreendimento são: Rio Doce, Jardim Atlântico, Casa Caiada, Bairro Novo, Jardim Fragoço, Bultrins, Ouro Preto, Varadouro, Carmo, Sítio Histórico, Santa Tereza, Amaro Branco, Bonsucesso, Monte e Jatobá.

Em 2017, foram investidos R\$ 38,9 milhões, com a construção de 5 novos reservatórios e a recuperação do existente, ampliação de 48,8 km de redes de

abastecimento e substituição de cerca de 11 Km de tubulações antigas, atendendo a uma população de 140 mil habitantes.

1.7 Implantação do Sistema Adutor de Serro Azul

O Sistema terá capacidade de transportar 500 l/s a partir da barragem de Serro Azul, em Palmares, até o ponto de interligação com a Adutora do Agreste entre os municípios de Caruaru e Bezerros. Com investimento total estimado de R\$ 200 milhões financiados pelo BID ao Governo do Estado, a obra deverá beneficiar 11 municípios do agreste ao final das suas duas etapas.

1.8 Morros da Zona Norte

Esta obra proporcionará um incremento na oferta de água por meio da implantação de uma adutora com 3 km de extensão, visando melhorar a distribuição. Serão beneficiadas as localidades dos bairros de Vasco da Gama e de Nossa Sra da Conceição, totalizando 95 mil habitantes. Com um investimento total de mais de R\$ 8,3 milhões, em 2017, foi investido o montante de aproximadamente R\$ 1 milhão.

1.9 Adutora de Porto de Galinhas

Implantação do Sistema Adutor para Porto de Galinhas, Muro Alto, Nossa Senhora do Ó e Maracajipe, sendo 18 km de adutora, beneficiando 88 mil habitantes e veranistas. O investimento total realizado foi de R\$ 32,8 milhões.

1.10 Implantação do SAA Vitória - Tapacurá

Implantação de sistema produtor com capacidade para 300 l/s, a partir de uma adutora interligando a barragem de Tapacurá com a ETA de Vitória, beneficiando a cidade de Vitória de Santo Antão e o distrito de Bonança. Essa obra foi financiada com recursos do Ministério da Integração e do Banco Mundial, contando com um investimento total de aproximadamente R\$ 30,7 milhões de reais, sendo concluída em janeiro/2017.

1.11 Ampliação da Barragem Pedro Moura Junior

Essa obra visa à ampliação da capacidade de acumulação da Barragem Pedro Moura Junior de 29 para 35 milhões de m³. Com investimento total de mais de R\$ 5 milhões e sendo concluída em outubro/2017.

1.12 Ampliação da ETA Bezerros

Em setembro de 2017, foi iniciada a operação desse sistema, com investimento total de mais de R\$ 8 milhões, refere-se à ampliação da capacidade de tratamento da ETA de Bezerros de 160 L/s para 370 L/s, realocando em operação este sistema que foi construído no fim da década de 90.

2. EXPANSÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

No tocante ao serviço de esgotamento sanitário, foram investidos neste exercício aproximadamente R\$ 308 milhões, incluídos os esforços para realização do Programa Cidade Saneada (R\$ 234,5 milhões). Esse número contribuiu na expansão dos serviços, incrementando 20 mil novos domicílios atendidos.

2.1 Implantação do SES Tacaimbó

O Governo do Estado através de contrato de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Ipojuca (PSA Ipojuca), realizou, através da Compesa, a implantação do SES da cidade de Tacaimbó. Essa foi a primeira obra dentre várias outras, que busca melhorar a qualidade de vida da população das cidades sob influência do Rio Ipojuca. O investimento nesta obra foi de quase R\$ 15 milhões e beneficiou cerca de 6,5 mil habitantes do município de Tacaimbó.

2.2 Implantação do SES Gravatá

A Compesa está implantando a 1ª etapa do SES Gravatá, para atender 30% da população da área urbana. Com um investimento de R\$ 34 milhões financiado pelo BID e Governo do Estado, contemplando 25 km de rede coletora e 57 km de ramais condominiais. No ano de 2017, foram investidos mais de R\$ 10 milhões e a previsão de conclusão do empreendimento é até o final de 2018.

2.3 Ampliação da ETE Cabanga

É uma obra que beneficiará a população da Zona Sul do município do Recife, com valor estimado de R\$ 102 milhões, proporcionará melhoria na qualidade do esgoto tratado, atendendo aos padrões de lançamentos de efluentes e reduzindo os impactos ambientais.

2.4 Implantação do SES Surubim – 1ª etapa

A obra do SES Surubim conta com recursos do Banco Mundial (BIRD), dentro do Programa de Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco (PSHPE), e cujo investimento total é de R\$ 69,6 milhões aproximadamente. A primeira etapa dessa obra pretende dotar o município de 70% de cobertura de esgoto até 2021. Ao todo, serão beneficiadas 67 mil pessoas. No ano de 2017, foram investidos mais de R\$ 10 milhões e a previsão de conclusão do empreendimento é até final de 2018.

2.5 Implantação do SES Bacia 2 de Garanhuns

Obra com investimento na ordem de R\$ 18,5 milhões, concluída em março de 2017, beneficiando mais de 16 mil habitantes. Contemplou 60 km de rede coletora e ramais de calçada, 1,3 km de emissário, construção de uma estação elevatória e ampliação da estação de tratamento

3. PROGRAMAS ESTRUTURADORES

3.1 Programa Cidade Saneada

O Programa tem o objetivo de ampliar os serviços de esgotamento sanitário na Região Metropolitana do Recife visando a alcançar 90% de cobertura em toda área de abrangência. Em 2017, foram investidos cerca de R\$ 110 milhões e foi alcançado o patamar de um volume de esgoto tratado quatro vezes maior em comparação ao que era tratado antes do início do Programa em 2013. Também foi dada continuidade às obras da 1ª etapa do SES São Lourenço da Mata e iniciadas as obras do SES de Prazeres.

3.2 Programa de Sustentabilidade Hídrica do Rio Ipojuca – PSA

Consiste em um conjunto de ações para melhorar a qualidade ambiental da Bacia hidrográfica do Rio Ipojuca, aumentar a disponibilidade de água de boa qualidade e garantir a gestão e o desenvolvimento da bacia. Em 2017, foram investidos cerca de R\$ 64 milhões e iniciadas obras de esgotamento sanitário nas cidades de Escada, Caruaru e Sanharó, além da conclusão de projetos para requalificação do Laboratório Central de Água e para construção de um novo Laboratório Central de Esgoto.

3.3 Programa de Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco – PSH

As ações do PSHPE contribuem com uma oferta sustentável de serviços de saneamento para a população residente na Bacia do Rio Capibaribe e na Região Metropolitana do Recife. Em 2017, foi dado início à construção do SES de Santa Cruz do

Capibaribe, às obras de proteção, pavimentação, drenagem e urbanização na área do reservatório do Jordão, além da elaboração de Projetos de SES de sedes de 11 municípios (Serra Talhada, Pesqueira, Brejo da Madre de Deus, Toritama, Carpina, Feira Nova, Pombos, Ribeirão, Bonito, São Bento do Una e Bom Conselho). No total, foram realizados cerca de R\$ 94 milhões em investimentos.

4. DESEMPENHO COMERCIAL

Mesmo diante do cenário macroeconômico não favorável em 2017, a Compesa conseguiu manter um crescimento satisfatório, devido a implementação de ações que pudessem otimizar os resultados comerciais, como a ferramenta de régua de cobrança, que permitiu um aumento da arrecadação de 9,5% em relação ao ano anterior. O faturamento cresceu 5,2%, acima da inflação do País que fechou em 2,95%.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2017, a Compesa fechou o exercício de forma positiva, apresentando uma margem EBITDA de 18,4%. A receita de água e esgoto, obteve o crescimento de 4%, em relação a 2016, atingindo o patamar de R\$ 1,532 bilhões. O faturamento bruto dos serviços de água, esgotamento sanitário e com a inclusão dos serviços de construção atingiu a quantia de R\$ 1,989 bilhões. O lucro societário da empresa alcançou o montante de R\$ 183 milhões.

6. DESEMPENHO OPERACIONAL

Seguindo o direcionamento estratégico de reduzir os índices de perdas, bem como de expandir e levar serviços cada vez com mais qualidade, em 2017, a Compesa continuou investindo em diversos programas, projetos, ações e obras nesse sentido.

O Programa de Automação visa a modernizar e otimizar os processos e ferramentas aplicadas à operação e gestão dos sistemas de abastecimento de água. Em 2017, foram concluídas as seguintes ações: automação do SAA do Polo Farmacológico de Goiana; automação de 24 unidades na rede de distribuição do sistema Botafogo e automação de 44 poços e unidades operacionais na área Norte da RMR. Além do destacado, foram concluídos os projetos de automação dos sistemas adutores do Prata/Pirangi e de Serro Azul, totalizando um investimento de R\$ 8 milhões.

O Programa de Micromedição, investiu R\$ 11,7 milhões na aquisição de hidrômetros e na execução de serviços de instalação e substituição em toda a RMR. Foram aplicados mais de 110 mil hidrômetros em todo o Estado.

Por meio do Programa de Macromedição, com investimento na ordem de R\$ 3 milhões, a Compesa instalou mais de 70 macromedidores em todo o Estado, aperfeiçoando a medição e mantendo o índice de macromedição em 94%.

Quanto às iniciativas realizadas no âmbito da qualidade da água, destaca-se o Programa de Qualidade de Água de Efluentes (PQAE). Com investimento estimado em R\$ 119 milhões, prevê em seu escopo a requalificação (para água) e a construção (para esgoto) do Laboratório Central Metropolitano, construção de Estações de Tratamento de Efluentes, adequação de ETES no interior, dentre outras ações que possibilitarão o fornecimento de serviços cada vez melhores. Das principais entregas feitas em 2017, destaca-se: a contratação do LIMS – Sistema de Gestão do Controle de Qualidade e a realização de auditoria técnica em laboratórios.

7. DESEMPENHO DA GESTÃO

Um pilar que passou a ser fortalecido internamente foi a inovação, com a implantação do Programa InovaCompesa; pensado para estimular práticas inovadoras para a melhoria contínua da empresa, além de promover um ambiente de cooperação e aprendizagem. Foram recebidas 129 ideias dos colaboradores de todos os níveis hierárquicos, sendo 47 validadas; dessas, 8 foram premiadas e 4 tornaram-se projetos para implantação.

Na área de gestão de pessoas, foram realizadas diversas ações de treinamento e desenvolvimento de pessoal, passando a fazer uso de videoconferência, o que otimizou o processo de capacitação. Com investimento na ordem de R\$ 170 mil, foi ampliado o quantitativo de colaboradores treinados, chegando a mais de 2.200 participações nos vários segmentos da empresa. Em paralelo, destaca-se ainda as ações de treinamento desenvolvidas por instrutores internos como um diferencial. Em 2017, foram capacitados mais de 1.300 colaboradores para assimilação de conhecimento técnico com o intuito de implantar melhorias nos setores em que atuam.

A transparência e a integridade também permaneceram no foco da Compesa. Com a instituição da Gerência de Gestão de Riscos e Compliance, iniciou-se um projeto que busca o redesenho e a padronização dos processos, bem como a implantação do Programa de Compliance na empresa. Em conjunto com consultoria especializada, foi elaborada a análise geral de riscos da empresa – ferramenta de extrema relevância para a tomada de decisões estratégicas.

8. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

No âmbito socioambiental, a Compesa continuou desenvolvendo projetos para os mais diversos públicos; com o principal objetivo de minimizar os possíveis impactos das obras e serviços prestados, bem como de fomentar o relacionamento junto às comunidades.

8.1 Projeto Florestar

O Programa Florestar é uma iniciativa voltada para a gestão ambiental e engloba ações que trabalham na disseminação do conhecimento e na formação de agentes ambientais capazes de difundir o comprometimento com o meio ambiente. Com o Florestar Vai à Escola, a Compesa se propõe a disseminar a educação ambiental, bem como realizar atividade de produção de mudas e, até mesmo, pequenos projetos de arborização para espaços escolares, tendo como resultado a sensibilização dos estudantes nas questões ambientais e formação de viveiristas florestais. No ano de 2017, foram realizadas 03 (três) edições do projeto nos municípios de Sairé, Riacho das Almas e Águas Belas;

8.2 Certificação ISO 14.001:2015

A Compesa foi a primeira empresa de saneamento do Brasil a receber a certificação ISO 14.001 na versão 2015; essa certificação atesta à organização que o seu sistema de gestão ambiental está adequado e que é eficaz. Em 2017, foram 15 unidades certificadas em 9 municípios da Região Metropolitana e do interior, entre unidades operacionais e administrativas.

8.3 Programa ComViver Compesa

O Programa ComViver apresenta uma perspectiva de trabalho contínua e estruturada com a participação dos clientes, parceiros, comunidades e funcionários para a questão socioambiental e a promoção da cidadania. Atualmente, o Programa engloba os projetos da Escolinha de Futebol Ricardo Rocha, o Encontro Compesa & Parceiros Socioambientais e o ComViver Compesa nos bairros.

8.4 Programa de Bem com a Rede

Criado para atender às demandas provenientes do desperdício de água nas áreas de atuação da Compesa, tem como principal propósito contribuir para o enfrentamento das perdas de água, melhoria dos serviços prestados e consolidação de um relacionamento positivo da população com a empresa.

Dentre as principais demandas identificadas nos territórios, destacam-se os vazamentos de água, ligações irregulares, furto de água, consumo inconsciente e ausência de hidrometração – o que contribui para a imagem negativa dos serviços da empresa e para a insatisfação dos clientes.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após quase cinco décadas com a desafiadora missão de levar água de qualidade e expandir os serviços de esgotamento sanitário para os pernambucanos, a Compesa segue com o propósito claro de proporcionar serviços cada vez melhores, contribuindo

para o desenvolvimento e bem-estar social.

Estamos felizes com a trajetória percorrida até agora; porém, reconhecemos que a cada ano, o ciclo se reinicia e os desafios se renovam. Por isso, com o passar dos anos, adotamos a postura de nos reinventar; ser mais eficientes, mais inovadores e, assim, conseguirmos nos aproximar cada vez mais dos nossos clientes, construindo o futuro que eles querem.

Trabalhamos para sermos reconhecidos a cada ano como referência no setor em que atuamos, pela prestação de serviços com excelência e para sermos uma empresa sustentável. Claro, não fazemos isso sozinhos; contamos com os esforços de mais de 7

mil colaboradores (diretos e indiretos), fornecedores e parceiros, e com o apoio essencial e sempre presente do Governo do Estado e de nosso Governador Paulo Câmara.

Isso é um grande privilégio e nos dá a certeza de que podemos nos perpetuar, de forma sustentável e prezando pelos nossos valores. Preparados para o novo ano, agradecemos a nossos clientes, colaboradores, Governo do Estado, demais acionistas, fornecedores, comunidades e parceiros em geral a confiança e a colaboração ao longo do ano de 2017.

DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Conselheiros e Diretores da

Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA - Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita e ambiente de tecnologia da informação:

Conforme apresentado na nota explicativa 22, as receitas do fornecimento de água e tratamento de esgoto e atividades associadas ao serviço estão sendo reconhecidas quando os riscos e benefícios são substancialmente transferidos ao consumidor por meio do fornecimento de água. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações contábeis, o que de forma inerente adiciona componentes de risco de fraude. Observa-se ainda, que as transações de fornecimento de água e tratamento de esgoto são processadas substancialmente por meio de rotinas e controles automatizados. Tendo em vista o risco de fraude sobre o processo de reconhecimento da receita e a elevada dependência sistêmica e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita das contas a receber, o ambiente de tecnologia, incluindo o sistema de informação, assim como os controles sobre o acesso e gerenciamento de mudanças nos seus sistemas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização de testes por meio de amostragem e com o auxílio de ferramentas de tecnologia da informação, para avaliar o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave sobre mudanças, alterações e acessos apropriados aos sistemas de operações de fornecimento de água. Analisamos ainda, também com o auxílio de ferramentas de tecnologia da informação, a interface e a integridade das informações entre os principais sistemas utilizados para o registro da receita de fornecimento de água e a respectiva geração das informações financeiras.

Para as transações de fornecimento de água da Companhia, analisamos a conciliação da receita com os saldos contábeis. Nossos procedimentos incluíram ainda a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas pela Companhia durante o exercício com a finalidade de avaliar o reconhecimento da receita, além da análise da liquidação subsequente do saldo das contas a receber em aberto na data base da auditoria.

Realizamos procedimentos analíticos sobre a receita do ano, comparando os montantes reconhecidos com as informações de consumo de água e a quantidade de unidades consumidoras da Companhia durante o exercício, bem como analisamos se o crescimento da receita, está de acordo com os reajustes tarifários aprovados pela Agência Estadual de Regulação de Pernambuco (ARPE).

Realizamos testes para obtermos segurança razoável sobre o "corte" de receita da Companhia realizado no final do exercício, que reconhece nos registros contábeis, medições ainda não faturadas em função do período de leitura dos medidores dos consumidores da Companhia. Avaliamos também a adequada divulgação em notas explicativas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa

Conforme nota explicativa nº6, a Companhia revisou durante o exercício corrente sua estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa que envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e cenário econômico atual e prospectivo.

Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. As provisões para crédito de liquidação duvidosa são constituídas levando em consideração a expectativa da Administração e são fundamentadas de acordo com política interna da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto:

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação da estimativa definida pela Administração para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização de recálculo matemático da referida provisão e desafiamos o julgamento da Administração decorrente a estimativa definida onde totalizamos todos os créditos, independente se vencidos ou a vencer, dos consumidores com faturas registradas como provisão para crédito de liquidação duvidosa. Avaliamos esse total como parte de nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa nº 6 às demonstrações contábeis em conformidade com as práticas

contábeis adotadas no Brasil.

Com base nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento da provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Plano de aposentadoria e assistência médica

Conforme apresentado na nota explicativa 20, a Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar na modalidade de benefício definido, bem como também patrocinadora do plano de saúde destinado aos empregados ativos e aposentados. A apuração dos passivos atuariais é determinada a partir de laudos emitidos pelo seu atuário. As informações sobre ativos e passivos do plano, bem como os critérios de mensuração das obrigações estão descritas na nota explicativa supracitada. O assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, considerando o montante envolvido, e o alto grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado a determinação dos passivos atuariais. Variações nas premissas utilizadas, como taxa de juros de Longo Prazo, mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação podem afetar significativamente nos passivos reconhecidos pela Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas da área atuarial para auxiliar-nos na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais e, confrontamos as premissas com os dados de mercado. Além disso, revisamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento de passivos atuariais da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis em conjunto.

Provisão para contingências

Conforme apresentado na nota explicativa 19, a Companhia é parte passiva com probabilidade provável de desembolso em diversos processos trabalhistas, cíveis e tributárias, cujo valor total soma um montante de R\$ 61.643 mil, resultado de suas atividades operacionais. O monitoramento desse assunto foi considerado relevante para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, e ao grau de julgamento envolvido para a determinação se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente judiciário no Brasil.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca dos processos em aberto com as posições mantidas pela administração, bem como a realização de reuniões periódicas com a administração e com o departamento jurídico, para discutir as premissas utilizadas para contabilização e a evolução dos principais processos judiciais em andamento. Além disso, avaliamos se a divulgação sobre o assunto, constante na Nota Explicativa nº 19, está adequada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento de provisões para contingências da Companhia são apropriadas para suportar os saldos contabilizados e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Contratos de concessão

Conforme divulgação na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém o montante de R\$ 4.906.173 mil registrado no Ativo Intangível, líquido das amortizações, relacionado a investimentos realizados em contratos de concessão de serviços de saneamento. Esses investimentos realizados, possuem expectativa de recuperação ao longo dos contratos de concessão, com base no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários. Essas análises de estimativas futuras de fluxo de caixa descontado a valor presente, refletem a situação de avaliação de usufruto de benefícios econômicos vinculados a esses contratos de concessão, nas quais se exige um alto grau de julgamento da Administração nas projeções de resultados. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de recuperabilidade desses ativos, por meio do método de determinação do valor com base em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos significativos sobre os resultados futuros do negócio.

Resposta da auditoria ao assunto

Como procedimento de auditoria para fazer frente ao conforto na manutenção do registro dos saldos do referido ativo, adotamos os seguintes procedimentos: (i) a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (UGC); (ii) Questionamos as principais premissas da Administração que foram utilizadas para determinar a taxa de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto utilizada, avaliando a composição do custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias, individual ou coletivamente, avaliamos os impactos que poderiam resultar em reconhecimento de provisão (impairment) do ativo intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas; e (iii) Análise da divulgação adequada destas transações, riscos relacionados e avaliação de perdas, divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento e avaliação dos saldos de ativos intangíveis relativos aos contratos de concessão, são apropriados para suportar os saldos contábeis e as informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 23 de março de 2017, sem modificação ou ênfase.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 20 de março de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PE 001269/F-8

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	141.854	99.721
Contas a receber de clientes	6	547.337	559.061
Estoques	7	43.681	32.984
Ativo fiscal corrente	8	47.299	30.202
Convênios e outros investimentos	9	13.445	96.183
Outros créditos a receber	10	11.592	10.430
Despesas antecipadas		1.630	2.106
Total do ativo circulante		806.838	830.687
Não Circulante			
Contas a receber de clientes	6	31.009	34.319
Ativo fiscal diferido	8	883	4.374
Convênios e outros investimentos	9	106.787	28.058
Depósitos judiciais	19	89.544	63.522
Investimentos		645	558
Imobilizado	11	101.696	76.902
Intangível	12	5.537.505	5.006.009
Total do ativo não circulante		5.868.069	5.213.742
TOTAL DO ATIVO		6.674.907	6.044.429
PASSIVO			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	40.433	41.267
Fornecedores	14	127.771	106.240
Debêntures	15	51.353	35.882
Depósitos e retenções contratuais		2.564	2.551
Passivo fiscal - corrente	16	27.658	21.995
Passivo fiscal - diferido	16	8.756	10.389
Consignações a recolher		4.785	4.666
Salários e encargos sociais a pagar	17	54.521	39.585
Juros sobre o capital próprio a pagar	18	84.258	40.142
Outras contas a pagar	18	28.365	33.299
Total do passivo circulante		430.464	336.016
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	148.605	144.953
Debêntures	15	141.199	198.692
Provisão para perdas em processos judiciais	19	61.643	46.034
Passivo fiscal - corrente	16	105	158
Passivo fiscal - diferido	16	30.660	42.089
Outras contas a pagar	18	655.816	639.213
Benefício a empregados	20	164.339	143.656
Total do passivo não circulante		1.202.367	1.214.795
Total do passivo		1.632.831	1.550.811
Patrimônio líquido			
Capital social	21	4.000.000	4.000.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		864.022	407.777
Ajustes de avaliação patrimonial		(16.414)	(9.628)
Reservas de Lucros		194.468	95.469
Total de patrimônio líquido		5.042.076	4.493.618
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.674.907	6.044.429

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)

	NOTA	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida	22	1.817.264	1.587.308
Custo dos serviços prestados	23	(1.313.018)	(1.072.067)
Lucro bruto		504.246	515.241
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	24	(149.154)	(174.875)
Administrativas	25	(167.364)	(153.698)
Tributárias		(13.634)	(14.886)
Honorários da administração		(1.250)	(1.992)
Outras receitas líquidas	26	81.994	47.128
		(249.408)	(298.323)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		254.838	216.918
Receitas financeiras	27	40.807	47.648
Despesas financeiras	27	(113.026)	(109.312)
Despesas Financeiras		(72.219)	(61.664)
Resultado antes dos impostos		182.619	155.254
Contribuição social sobre o Lucro líquido - corrente	16	(6.727)	(2.441)
Contribuição social sobre o Lucro líquido - diferido		(6.742)	(6.760)
Imposto de renda - diferido		14.008	---
Lucro líquido do exercício		183.158	146.053
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em unidades de R\$)		1,66	1,58

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	183.158	146.053
Resultados abrangentes		
Ganhos atuariais líquidos - plano de pensão e saúde	6.891	2.958
Varição líquida do valor justo de investimentos	(105)	31
Lucro líquido abrangente total	189.944	149.042

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Receitas		
Água, esgoto e serviços	1.531.557	1.472.774
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(81.745)	(86.671)
Cancelamento	(30.238)	(47.878)
Outros	81.021	45.638
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais consumidos	(76.503)	(78.613)
Energia	(153.008)	(157.432)
Serviços de terceiros	(238.544)	(198.802)
Outros	(40.829)	(36.235)
Valor adicionado bruto	991.711	912.781
Retenções		
Depreciação e amortização	(57.341)	(53.649)
Valor adicionado líquido produzido	934.370	859.132
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	40.807	47.648
Aluguéis	973	1.490
Valor adicionado total a distribuir	976.150	908.270
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	193.361	177.082
Benefícios	88.192	82.489
F.G.T.S.	14.857	14.529
Tributos	382.646	377.850
Federais	376.305	370.590
Estaduais	4.974	6.557
Municipais	1.367	703
Remuneração de capitais de terceiros	113.935	110.267
Juros	113.026	109.312
Aluguéis	909	955
Remuneração de capitais próprios	183.159	146.053
Juros sobre Capital Próprio - JSCP	84.159	40.071
Resultados retidos	99.000	105.982
Total distribuído	976.150	908.270

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	183.158	146.053
Ajustes por:		
Depreciação	8.760	6.253
Amortização	48.581	47.396
Varição monetária	5.160	3.863
Resultado do ativo imobilizado baixado	(290)	45
Perdas por baixa de clientes	82.980	104.666
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.235)	(17.995)
Constituição das provisões para contingências	14.678	5.060
Ganhos e perdas atuariais	14.487	19.712
Ajuste de estoque	1.282	163
Recuperação PIS/COFINS	(39.353)	(27.704)
Recuperação de CBOS - investimento (PPP)	(35.034)	(32.705)
Tributos Diferidos	4.163	-
Total	287.337	254.807
Aumento/(diminuição) patrimoniais		
Aumentos reduções nos ativos e aumentos/(reduções) nos passivos		
Contas a receber de clientes	(66.712)	(136.792)
Tributos a recuperar e diferidos	(17.097)	(5.438)
Créditos de convênios	4.009	(8.191)
Estoques	(11.979)	(9.248)
Despesa antecipada	476	716
Depósitos judiciais	(26.022)	(15.523)
Outros créditos a receber	(1.161)	1.435
Fornecedores	21.531	(41.337)
Depósitos e retenções contratuais	13	(206)
Consignações a recolher	120	419
Tributos a recolher	31.902	18.314
Salários e encargos sociais a pagar	14.937	(5.968)
Provisões para contingências	930	(300)
Benefícios a empregados	(1.348)	(10.717)
Outras contas a pagar	51.598	(7.169)
Total	288.534	34.802
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Outros investimentos - aplicações financeiras	-	5.440
Ativo imobilizado	(33.264)	(9.443)
Ativo intangível	(544.581)	(268.795)
Total	(577.845)	(272.798)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	61.804	43.268
Amortização de empréstimos e financiamentos	(38.456)	(32.112)
Emissão de debêntures não conversíveis	20.346	118.511
Amortização de debêntures	(42.243)	(29.393)
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamento	(42.093)	(27.883)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(84.159)	(72)
Ingressos de adiantamentos para aumento de capital	456.245	224.928
Total	331.444	297.247
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	42.133	59.251
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	99.721	40.470
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	141.854	99.721
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	42.133	59.251

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiantamentos p/ Futuro Aumento de Capital - AFAC	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas				(Prejuízos)/ Lucros Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva para contingências	Reserva p/ Dividendos Adicionais		
Saldo em 01 de janeiro de 2016	4.000.000	182.849	(6.639)	-	-	-	-	(10.513)	4.165.697
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	224.928	-	-	-	-	-	-	224.928
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo de instrumento financeiro/ patrimonial	-	-	(31)	-	-	-	-	-	(31)
Ajuste benefício a empregados	-	-	(2.958)	-	-	-	-	-	(2.958)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	146.053	146.053
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(40.071)	(40.071)
Constituição de Reservas	-	-	-	4.774	9.548	81.147	-	(95.469)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.000.000	407.777	(9.628)	4.774	9.548	81.147	-	-	4.493.618
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	456.245	-	-	-	-	-	-	456.245
Valor justo de instrumento financeiro/ patrimonial	-	-	105	-	-	-	-	-	105
Ajuste benefício a empregados	-	-	(6.891)	-	-	-	-	-	(6.891)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	183.158	183.158
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(84.159)	(84.159)
Ajuste na constituição das reservas	-	-	-	2.004	4.007	(6.011)	-	-	-
Constituição das Reservas	-	-	-	9.158	18.316	(75.136)	146.661	(98.999)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.000.000	864.022	(16.414)	15.936	31.871	-	146.661	-	5.042.076

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa ("Companhia") é uma Sociedade de Economia Mista de capital fechado, domiciliada no Brasil e controlada pelo Governo do Estado de Pernambuco, com sede à Av. Cruz Cabugá, nº 1.387, Santo Amaro, Recife, Pernambuco. A Companhia tem por objeto social, por outorga do Estado de Pernambuco e delegação de seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, regulada pela ARPE - Agência Reguladora de Pernambuco, além da realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário. A Companhia, também, colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

1.1 Contratos de Concessão

A Compesa explora a prestação de serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto em 173 dos 185 municípios do Estado de Pernambuco, da seguinte forma:

	31/12/2017	31/12/2016
Municípios atendidos com Contratos de Concessão ou Contrato de Programa	157	160
Municípios atendidos sem contrato	16	13
	173	173

Apresentamos, a seguir, os 42 principais municípios que representam o maior volume de faturamento:

Município	Contratos de Exploração Vigência		Prazo - Anos	
	Início	Fim	Total	Saldo
Recife	29/12/2005	28/12/2048	43	31
Petrolina	06/11/1975	05/11/2037	62	20

Caruaru	17/01/1971	16/01/2021	50	4
Olinda	29/06/2012	28/06/2062	50	45
Jaboatão	21/07/2011	20/07/2061	50	44
Ipojuca	21/07/2011	20/07/2061	50	44
Paulista	02/08/2011	01/08/2061	50	44
Cabo Santo Agostinho	05/09/2011	04/09/2061	50	44
Garanhuns	10/07/1972	11/07/2022	50	5
Vitória	04/05/1972	05/05/2022	50	5
Gravatá	28/12/1979	27/12/2029	50	12
Camargibe	21/07/2011	20/07/2061	50	44
Serra Talhada	25/04/1973	24/04/2023	50	6
Salgueiro	16/04/1973	15/04/2023	50	6
Abreu e Lima	21/07/2011	20/07/2061	50	44
São Lourenço	21/07/2011	20/07/2061	50	44
Goiana	03/03/2011	02/03/2061	50	44

Arcoverde	11/04/1973	10/04/2023	50	6
Carpina	20/06/1977	21/06/2027	50	10
Igarassu	02/08/2011	01/08/2061	50	44
Ouricuri	16/04/1973	17/04/2023	50	6
Araripina	16/04/1973	15/04/2023	50	6
Limoeiro	29/12/1977	28/12/2027	50	10
Afogados da Ingazeira	15/06/1972	14/06/2022	50	5
Moreno	03/08/2011	02/08/2061	50	44
Timbaúba	17/10/1977	16/10/2027	50	10
Belo Jardim	24/03/1977	23/03/2027	50	10
Escada	23/01/1973	22/01/2023	50	6
Itamaracá	03/03/2011	02/03/2061	50	44
Bezerros	16/05/1972	15/05/2022	50	5
Santa Cruz Capibaribe	13/06/1972	12/06/2022	50	5
Surubim	29/08/1972	30/08/2022	50	5
Petrolândia	29/03/1973	28/03/2026	53	9
Lajedo	11/10/1973	10/10/2023	50	6
Bonito	30/01/1973	29/01/2023	50	6
Bom Conselho	18/12/1972	17/12/2022	50	5
Floresta	23/02/1973	22/02/2023	50	6
Cupira	21/02/1973	24/04/2023	50	6
Paudalho	21/07/1981	01/09/2031	50	14
Cabrobó	14/06/1972	13/06/2022	50	5
Sirinhaém	27/04/1972	26/04/2022	50	5
Aliança	22/07/1977	21/07/2027	50	10

1.2 Renovações dos Contratos de Concessões

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinaram, por meio de Lei, os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

Com a aprovação da Lei Federal nº 11.445/2007, que estabeleceu as diretrizes do saneamento básico para as três esferas da federação, ficou definido que gestão associada é a associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal.

O atual regime jurídico, regulado pela Lei Federal nº 11.445/2007, concedeu aos municípios, titulares dos serviços de saneamento básico, o direito de delegar a prestação desses serviços in verbis conforme consta no art. 8º, "Os titulares dos serviços públicos de saneamento básico poderão delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços, nos termos do art. 241 da Constituição Federal e da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005".

Na medida em que a grande maioria dos municípios não possui condições de investir na ampliação e universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a Lei nº 11.445/2007 forneceu a segurança jurídica para que os municípios possam delegar esse serviço, através da gestão associada, e o prestador de serviço tenha condições de ser remunerado pelos grandes investimentos que o saneamento básico necessita.

Foram renovados durante o exercício de 2011, por um prazo de 50 anos, os contratos de concessão dos seguintes municípios: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Casinhas, Custódia, Dormentes, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Lagoa Grande, Moreno, Paulista, Quixaba, Santa Filomena, São Lourenço da Mata, Vertente do Lério e Vicência. Em 2012, foi renovado o contrato de concessão com o município de Olinda, por mais 50 anos, e aditivo o contrato de concessão com o município de Recife de forma que este apresente nesta data-base o prazo remanescente contratual de 35 anos.

Em 2017, não houve regularizações ou renovações de concessões. Esses municípios até o momento renovados representam em torno de 70% do faturamento anual. A Administração da Companhia continua trabalhando para a renovação da totalidade dos contratos de concessão.

A Administração prevê que todos os contratos de concessão acima mencionados serão renovados ou resultarão em novos contratos, não havendo risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto para estes municípios ou queda relevante de receita.

1.3 Convênios de Cooperação

Em 29 de maio de 2005, a COMPESA celebrou com o Governo do Estado de Pernambuco e o município de Recife, com interveniência da ARPE, convênio de cooperação, que vigorará por prazo indeterminado, o qual tem como meta desenvolver contrato de programa para: (i) elevar o nível de atendimento dos serviços de abastecimento de água para 100% em até 20 anos; (ii) eliminar o racionamento de água tratada que independa do regime de chuvas no município de Recife no prazo de 10 anos; (iii) elevar o atendimento dos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários, no mínimo, de 80% e 60%, respectivamente, em até 20 anos; (iv) para que o programa de investimentos a ser apresentado pela operadora contemple o compromisso de metas, cujas ações anualmente serão explicitadas em nível operacional e serão suportadas por um planejamento empresarial com horizonte de 3 a 5 anos e (v) que aqueles municípios, os quais apresentem remuneração real acima de 10%, sejam contemplados com prioridade especial quando da universalização dos serviços.

Dando continuidade ao seu planejamento estratégico, a Companhia vem investindo na construção e recuperação de sistemas de água e esgoto, bem como na melhoria das redes de distribuição em diversas localidades, conforme demonstrado no quadro de investimento oriundo de recursos advindos do Controlador via adiantamentos para futuro aumento de capital.

1.4 Contrato de parceria público-privada (PPP)

Em 15 de fevereiro de 2013, foi assinado o contrato da parceria público-privada (PPP), nos termos da Lei nº 11.107/2005 - Concessão Administrativa, pelo Governo de Pernambuco e a COMPESA está na condição de concedente, para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e para a cidade de Goiana. O contrato prevê investimento de cerca de R\$ 5,3 bilhões do parceiro privado e R\$ 1 bilhão da COMPESA e do tesouro do Estado de Pernambuco.

O programa prevê a implantação de 9 (nove) mil km de redes de esgoto, beneficiando 3,7 milhões de pessoas e aumentando a cobertura de esgoto na região de 30% para 90% nos próximos 12 anos a partir da assinatura do contrato.

O consórcio formado pelo Grupo Odebrecht e Lidemarc Construções, constituiu a sociedade com propósito específico - SPE, Odebrecht Ambiental - OA (denominado Foz do Atlântico Saneamento S.A. até julho de 2014), o qual assinou o contrato de nº CTPS 13.1.059 em 15 de fevereiro de 2013, e teve dois anos a partir da assinatura da ordem de serviço para recuperar todos os sistemas existentes, além de adequá-los de acordo com a legislação ambiental vigente, no prazo de 5 anos.

O contrato em pauta, já sofreu três aditivos, sendo o 1º datado de 15 de fevereiro de 2013, o 2º datado de 22 de julho de 2013, o 3º datado de 08 de novembro de 2013 e o 4º datado de 6 de maio de 2015. Os aditivos alteraram o nível de responsabilidade sobre os investimentos, configurando-se em 31 de dezembro de 2014 da seguinte forma: Sistemas de esgotamento sanitário sobre responsabilidade da Companhia: Bonança, Cabanga, Cordeiro, Gaibú, Imbiribeira, Itamaracá 2, Janga, Minerva, Moreno 1, Moreno 2, Nossa Senhora do Ó, Olinda, Paulista, Peixinhos e Porto de Galinhas Sistemas de esgotamento sanitário sobre responsabilidade da Odebrecht Ambiental em 31 de dezembro de 2014: Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Caetés, Camaragibe, Curado, Goiana 1, Goiana 2, Goiana 3, Goiana 4, Goiana 5, Iburá, Igarassu 1, Igarassu 2, Itamaracá 1, Itamaracá 3, Itapissuma, Jaboatão, Jardim São Paulo, Mangueira, Nova Cruz, Nova Descoberta, Parque Capibaribe, Ponte dos Carvalhos, Prazeres, São

Lourenço. No 4º aditivo a alteração consistiu na alteração da razão social Foz do Atlântico para Odebrecht Ambiental.

Em 31 de dezembro de 2015, o Poder público se responsabilizava por 15 Sistemas e o Parceiro privado por 26. Os sistemas objeto do projeto de universalização estão distribuídos nos 14 Municípios que compõem a Região Metropolitana do Recife mais o município de Goiana que são os seguintes: Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Cabo de Santo Agostinho, Itamaracá, Araçoiaba, Camaragibe, São Lourenço da Mata, Ipojuca, Moreno, Itapissuma e Goiana.

Em conformidade com o contrato, o percentual máximo da receita obtida com a cobrança de tarifa de esgoto pela Companhia, a ser repassado no primeiro ano de vigência, (julho de 2013 a junho de 2014) foi de 50% (cinquenta por cento), no segundo ano (julho de 2014 a junho de 2015) foi de 70% (setenta por cento) e a partir do terceiro ano (julho de 2015) de vigência do contrato, o consórcio vai receber 86,5%, para custear os gastos com operação, manutenção e investimentos, durante o prazo da concessão, sendo remunerado a uma TIR de 8,41%. Após os 35 anos de vigência do contrato, os serviços de esgotamento sanitário retornarão à Companhia.

1.5 Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Estão representados por adiantamentos, concedidos pelo acionista controlador, a serem aplicados em investimentos de ampliação, modernização e ampliação de unidades.

Em atendimento à Lei no 6.307/1997, Decreto no 1.628/68 e demais dispositivos legais que tratam sobre a execução da política governamental de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assim como a preservação e o aproveitamento público dos recursos hídricos do estado de Pernambuco, para o exercício de 2017, foram aprovados investimentos no Programa Água para Todos, no Programa de Saneamento para Todos, na Gestão da Política de Ação da COMPESA e outros, perfazendo o montante de R\$ 734.655 (R\$ 496.519 em 2016), sendo R\$ 281.554 (R\$ 179.509 em 2016) de geração própria da Companhia e R\$ 453.101 (R\$ 317.010 em 2016) oriundos do acionista controlador. Deste montante, foram recebidos adiantamentos no total de R\$ 456.245 (R\$ 224.928 em 2016), creditados em conta corrente bancária da Companhia e que serão incorporados ao capital, de maneira irrevogável e irretirável, no exercício seguinte, como vem sendo a prática.

Consoante nota de empenho do Governo do Estado, esses recursos foram aplicados em investimento de ampliação, construção e modernização das unidades nos seguintes municípios:

	31/12/2017	31/12/2016
Municípios		
Agrestina	1.452	-
Barra De Guabiraba	132	-
Bezerros	9.991	3.113
Cabo De Santo Agostinho	4.552	3.590
Canhotinho	598	-
Carpina	400	-
Caruaru	51.710	11.707
Escada	1.090	109
Feira Nova	517	-
Fernando de Noronha	542	-
Garanhuns	347	1.967
Gravatá	16.641	8.645
Iati	557	189
Ibimirim	281	-
Igarassu	-	14
Ipojuca	8.237	10.446
Jaboatão dos Guararapes	11.414	2.199
Jucati	111	-
Lagoa Do Carro	130	-
Limoeiro	1.268	70
Moreno	29	94
Olinda	35.627	9.108
Ouricuri	26	1.167
Paudalho	742	663
Paulista	4.322	5.707
Petrolina	390	854
Recife	86.870	42.865
Salgueiro	2.834	453
São Caetano	-	2.313
São Lourenço da Mata	399	456
Tacaratu	-	113
Serra Talhada	-	8
Surubim	14.673	20.004
Vitória de Santo Antão	55	-
Águas Belas	1.088	324
Aliança	679	1.221
Belo Jardim	15.562	4.048
Tupanatinga	2.258	1.897
Bom Jardim	547	1.917
Brejo da Madre de Deus	241	239
Cachoeirinha	115	17
Camaragibe	-	34
Floresta	-	460
Goiana	1.778	1.369
Itaquitinga	-	13
Toritama	1.809	521
Jucati	-	1.113
Tejucupapo	161	-
Panelas	1.433	1.658
Pesqueira	9.603	6.322
Petrolândia	1.533	314
Tamandaré	619	45
Quipapá	1.345	-
Sairé	680	-
Salgadinho	5	-
Santa Cruz do Capibaribe	4.135	1.165
Tacaimbó	18.338	17.665
São Bento Do Una	2.581	-
São Caitano	3.224	-
Taquaritinga do Norte	3.562	986
São José Do Egito	912	-
São Vicente Ferrer	-	29
Sertânia	50.413	2.301
Itapissuma	5	-
São Joaquim do Monte	1.043	1.452
Abreu e Lima	91	571
Afogados da Ingazeira	504	615
Alagoinha	785	118
Altinho	-	40
Amaraji	-	1.410
Arcoverde	22.725	4.196

Belém de Maria	6.271	19.701
Buenos Aires	-	17
Buíque	4.106	672
Camutanga	18	6
Caribeiras	-	8
Vicência	-	1.910
Venturosa	10.222	7.774
Catende	4.980	3.942
Condado	-	20
Cumaru	210	-
Sirinhaém	2.870	-
Custódia	190	176
Itaíba	1.512	462
Itapetim	2.690	-
Itapissuma	-	153
Jatobá	560	210
Serro Azul	-	53
Lajedo	509	292
Macaparana	-	36
Machados	-	32
Moxotó	4	-
Palmares	141	-
Pedra	1.638	239
Saloá	-	182
Itamaracá	4	-
Sanharó	16.612	11.129
Total	456.245	224.928

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 20 de março de 2018.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os investimentos são mensurados pelo valor justo;
- O passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como passivo do plano, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e de perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 11:** Imobilizado (Expectativa de vida útil remanescente);
- **Nota 12:** Intangível (Valor recuperável do ativo, Contratos de concessão, Amortização e capitalização dos custos dos empréstimos);
- **Nota 16:** Passivo fiscal - corrente e diferido (reconhecimento, mensuração e expectativa de realização dos impostos diferidos);
- **Nota 19:** Provisão para perdas em processos judiciais (reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- **Nota 20:** Benefícios a empregados (mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais);
- **Nota 22:** Reconhecimento de receita (Operação e construção - mensuração e classificação da receita);
- **Nota 29:** Riscos e questões ambientais (avaliação e estimativas de provisão para perdas).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou consistentemente as práticas contábeis descritas nas notas explicativas a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Apuração dos resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

3.2. Instrumentos financeiros

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, recebíveis e outros investimentos.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros créditos a receber. Outros investimentos estão mensurados a valor justo de instrumento financeiro classificado por meio do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente redutor das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, depósitos e retenções contratuais, consignações a recolher, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem a preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago aos detentores de ações ordinárias.

3.3. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado.

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

3.4. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação dos ativos é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômico futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada para os períodos correntes encontra-se apresentada na Nota Explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis de forma prospectiva.

3.5. Intangível

Contratos de concessão de serviços

A Companhia tem direito de operar a infraestrutura concedida, em conformidade com os contratos de concessão, que, por sua vez, são contabilizados como intangível. Assim sendo, a Compesa tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores finais) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços. A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo amortizado, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (quando existentes).

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (quando existentes).

Outros ativos intangíveis

Os demais ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da despesa de amortização e das perdas por redução do valor recuperável acumuladas.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, quando este está disponível para o uso.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou prazo remanescente de contrato de concessão, dos dois o menor, a partir da data em que os intangíveis estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- Licença de uso de software:** 10 anos;
- Contratos de concessão de serviços:** 50 anos.

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar ao público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em sua conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros excluem os estoques, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou a unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que refilita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos — Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

3.7. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota explicativa 13. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis.

Custos de empréstimos

Custo de empréstimos atribuídos à aquisição ou construção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros médios e outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos.

3.8. Benefícios a empregados

Plano de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha, cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). À medida que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em ORA - Outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras

despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Foram classificados nesta categoria os benefícios pós-emprego com o plano de previdência (COMPESAPREV), o plano de assistência à saúde (COMPESASAÚDE) e o Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA e PIA especial). A Companhia enquadrou o PIA como benefício pós-emprego uma vez que um dos requisitos para sua elegibilidade e concessão está condicionado à existência de tempo mínimo de vínculo empregatício com a COMPESA.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago ou participação nos resultados se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Administração da Companhia provisionou a participação de funcionários no resultado em função do atingimento das metas preestabelecidas.

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.10. Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender às obrigações do contrato.

A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato. A Companhia reconhece, antes de constituir a provisão, qualquer perda por redução ao valor recuperável de valor em ativos relacionados com aquele contrato.

3.11. Receita

Serviços

Quando a receita da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto são confiavelmente estimadas, a receita associada à transação é reconhecida tomando por base a proporção dos serviços prestados até a data do balanço e incluem a receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, quando a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, quando as despesas incorridas com a transação, assim como as despesas para concluí-la, puderem ser confiavelmente mensuradas e quando o valor da receita operacional puder ser mensurado de maneira confiável.

Contratos de concessão de serviços

A Companhia efetua as obras de expansão e melhorias (aumento da capacidade produtiva) em sistemas de água e esgoto e considera como custo de construção o valor incorrido nessas obras

A respectiva receita de construção é reconhecida, em igual montante ao custo, com base no avanço físico das obras, mantendo a margem de lucro esperada (zero).

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Contratos de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Tão logo, o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado à medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.12. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, aplicações financeiras, contas a receber e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As receitas de juros de aplicações financeiras temporárias, oriundas de empréstimos, estão deduzidos do custo dos juros capitalizáveis.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Juros de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos

3.13. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia calculava o imposto de renda com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano para imposto de renda.

Imunidade Tributária do imposto de renda

Vide informações na nota explicativa 16, item 16.3.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A contribuição social do exercício é calculada com base nas alíquotas de 9% sobre o lucro tributável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real ou o prejuízo fiscal acumulado.

A despesa com contribuição social compreendida dos tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)**Imposto diferido**

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substitutivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

3.14. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas. A Companhia está apresentando a DVA de forma opcional

4. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Algumas normas emitidas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada:

CPC 6 - Operações de Arrendamento Mercantil: O CPC 6 R2 (IFRS 16)

Aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estará vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada. A norma estabelece que todos os arrendamentos sejam contabilizados sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros (reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência), porém exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes em relação ao procedimento atual. Esta nova revisão incluiu duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. A Companhia encontra-se em fase de análise dos impactos das alterações deste pronunciamento, considerando os contratos de arrendamento operacional existentes.

CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes: O CPC 47 (IFRS 15)

Aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e está vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, em substituição ao CPC 30 – Receitas e CPC 17 – Contratos de Construção. Segundo o CPC 47, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente, estabelecendo um novo modelo que contempla cinco passos: 1 – Identificar o contrato com o cliente; 2 – Identificar as obrigações de desempenho; 3 – Determinar o preço da transação; 4 – Alocar o preço da transação; e 5- Reconhecer a receita quando (ou a medida que) a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho. Considerando o objeto social da Companhia é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, e o reconhecimento da receita ocorre pelo faturamento dos serviços prestados em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, e concluiu que não haverá impactos significativos da referida norma nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros: O CPC 48 (IFRS 9)

Aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada, em substituição ao CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Uma das principais alterações está relacionada com as provisões para créditos com liquidação duvidosa, em que o modelo de perda esperada substitui o modelo de perda incorrida. A Companhia avaliou os impactos da nova norma e concluiu, considerando as características de seus Instrumentos Financeiros e a política de recuperação de créditos atualmente adotada, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, que não haverá efeitos significativos em suas Demonstrações Contábeis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos bancários vinculados	41.547	13.860
Aplicações financeiras	100.307	85.861
	141.854	99.721

Composição das aplicações financeiras:

Tipo de aplicação	Taxa	31/12/2017	31/12/2016
Fundos de investimento	99% a 67% a.a.	66.568	60.076
CDB	97% a 55% a.a.	33.739	25.785
		100.307	85.861

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias que correspondem a 79,40% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) (76,84% em 2016). Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de aplicações financeiras representa as transações de curto prazo, oriundas de aportes recebidos pelo Governo do Estado de Pernambuco, para obras em andamento ou ainda não iniciadas pela Companhia.

Uma análise sobre os riscos de crédito e mercado está apresentada na Nota Explicativa nº 31.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total
Particulares	1.111.252	-	1.111.252
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(644.760)	-	(644.760)
Órgãos públicos	72.992	-	72.992
Outros Créditos (a)	(26.016)	-	(26.016)
	513.468	-	513.468
Parcelamentos (b)	29.738	21.369	51.107
Parcelamentos - Ajuste a valor presente	-	-	-
Financiamentos (c)	4.131	9.640	13.771
	33.869	31.009	64.878
	547.337	31.009	578.346

	31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total
Particulares	1.060.695	-	1.060.695
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(618.905)	-	(618.905)
Órgãos públicos	101.359	-	101.359
Outros Créditos (a)	(16.315)	-	(16.315)
	526.834	-	526.834
Parcelamentos (b)	28.877	24.039	52.916
Parcelamentos - Ajuste a valor presente	-	-	0
Financiamentos (c)	3.350	10.280	13.630
	32.227	34.319	66.546
	599.061	34.319	593.380

(a) Refere-se a créditos a realizar, recebimentos não identificados e arrecadação a discriminar.

(b) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso.

(c) Financiamentos decorrentes de ressarcimento dos custos incorridos pela Companhia na construção de ramais para possibilitar a conexão de clientes (empresa ou condomínio) à rede de abastecimento de água e/ou de esgoto, os quais são responsabilidade destes últimos.

	31/12/2017	31/12/2016
A Vencer:		
Faturas de água e esgotos	144.572	132.390
Parcelamentos (a)	51.107	52.916
Financiamentos (b)	13.771	13.630
	209.451	198.936

	31/12/2017	31/12/2016
Vencidas:		
Até 30 Dias	72.733	54.863
De 31 a 60 Dias	27.066	30.724
De 61 a 90 Dias	19.100	19.522
Mais de 90 Dias	249.996	289.335
	368.895	394.444
Total do circulante e não circulante	578.346	593.380

	31/12/2017	31/12/2016
Movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)		
Saldo inicial	618.905	608.093
Recuperação de PECLD	(105.005)	(135.566)
Perda do período/exercício	132.094	164.456
Provisão para perda	20.520	33.260
Reversão de PECLD	(21.754)	(51.338)
Saldo Final	644.760	618.905

6.1. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

As Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa contas a receber é calculada tendo como base a expectativa de perda efetiva, para os clientes particulares e públicos, inclusive sendo baixada quando atingido o prazo prescricional (10 anos). Considera-se para alguns clientes públicos um baixo risco de perdas, em virtude da compensação dos atrasos nas faturas em serviços, sendo estas ressarcidas via serviços de pavimentação de rua, mediante convênios assinados com as prefeituras.

Leva-se em consideração o prazo decorrido por tipo de cliente e valor da fatura para análise individualizada, que considera o histórico e expectativa futura dos consumidores inadimplentes.

6.2. Restrições contratuais

Foram dados em garantia de empréstimos, direitos creditórios, debêntures, conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa Econômica Federal I	1.557	2.000
Caixa Econômica Federal II	3.888	6.000
Banco do Nordeste do Brasil	1.715	1.715
Banco do Brasil	2.100	-
BNDDES	40.093	40.860
Debêntures III	6.162	3.140
FIDC	8.313	15.000
	63.828	68.715

7. ESTOQUES

	31/12/2017	31/12/2016
Material de operação e manutenção	34.151	31.716
Material de tratamento químico	9.307	1.215
Outros materiais	223	53
	43.681	32.984

8. ATIVO FISCAL - CORRENTE E DIFERIDO

Corrente	31/12/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Imposto de renda a recuperar	20.678	-	17.162	-
Contribuição social sobre o lucro líquido a recuperar	17.340	-	8.243	-
COFINS a recuperar	6.480	-	3.077	-
PIS a recuperar	1.666	-	663	-
INSS a recuperar	738	-	689	-
Outros	397	-	368	-
	47.299	-	30.202	-
Diferido				
IRPJ diferido	-	-	-	4.163
CSLL diferido	-	883	-	211
	-	883	-	4.374
	47.299	883	30.202	4.374

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são decorrentes dos ajustes de provisão atuarial, incidentes sobre os ganhos e perdas atuariais, após a adoção do CPC 33 (R1), conforme nota explicativa nº 16.

9. CONVÊNIO E OUTROS INVESTIMENTOS**9.1. Circulante**

	31/12/2017	31/12/2016
Convênios Federais	-	2.244
Convênios Estaduais	-	5.405
Convênios Municipais	-	73.022
	-	80.671
Outros Investimentos	-	-
Pessoal a disposição outros órgãos	13.445	15.512
	13.445	96.183

Devido ao prazo de realização dos valores referentes aos Convênios Federais, Estaduais e Municipais serem maiores do que 12 meses, os seus respectivos saldos foram transferidos para o Ativo Não Circulante.

9.2. Não Circulante

	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos bancários - Conta convênio	189	194
Aplicações financeiras - Convênio (i)	16	3.685
Aplicações financeiras - Garantia banco (ii)	13.598	12.572
Títulos e valores mobiliários (iii)	12.402	11.607
	26.205	28.058
Convênios Federais	2.155	-
Convênios Estaduais	5.405	-
Convênios Municipais	73.022	-
	80.582	-
	106.787	28.058

(i) O valor de R\$ 16 (R\$ 3.685 em 2016), refere-se à aplicação de verba recebida de convênios passivos vinculados a aplicações financeiras;

(ii) O valor de R\$ 13.598 (R\$ 12.572 em 2016), decorre de reserva oferecida como garantia de debêntures;

(iii) O valor de R\$ 12.402 (R\$ 11.607 em 2016) é referente ao investimento da Companhia em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - COMPESA, conforme cláusula contratual.

(*) Os contratos Federais, Estaduais e Municipais são decorrentes de convênios de cooperação técnica em saneamento básico, sendo celebrados com os seguintes municípios e órgãos estaduais:

	31/12/2017	31/12/2016
Federais	2.155	2.244
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	2.155	2.244

	31/12/2017	31/12/2016
Estaduais	5.405	5.405
Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco	1.913	1.913
Reintegra Brasil AS	2.890	2.890
Outros	602	602

	31/12/2017	31/12/2016
Municipais	73.022	73.022
Prefeitura do Recife – SANEAR	69.072	69.072
Prefeitura de Petrolina	3.287	3.287
Prefeitura de Caruaru	437	437
Outros	226	226
	80.582	80.671

Prefeitura do Recife - SANEAR

Entre os exercícios de 2010 a 2012, foram realizadas prestações de contas do Convênio SANEAR, o qual tinha por objeto a execução de obras relacionadas com a prestação de serviço de água e esgotamento sanitário. Contudo, quando da aceitação da obra pela equipe da Compesa, esta identificou a necessidade de adequações técnicas. Até a presente data, não houve uma solução para este assunto, contudo a Administração da Companhia nomeou uma equipe de trabalho para solucionar o impasse. A equipe da COMPESA solicitou adequações ao SANEAR e está aguardando a realização destas. Em 2017, não houve liberação de repasse à SANEAR.

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

O saldo de outros créditos a receber é composto, principalmente, por adiantamento a fornecedores e adiantamento de 13º salário aos empregados da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos a fornecedores	9.088	7.999
Adiantamento participações empregados	1.671	1.666
Outras	833	765
	11.592	10.430

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

11. IMOBILIZADO

11.1. Composição

	31/12/2017			31/12/2016					
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido (R\$)	Taxes (a.a.%)	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transfer.	Saldo Final (R\$)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	24.438	(10.738)	13.700	10	(6.726)	(1.893)	-	-	(8.619)
Computadores e periféricos	20.436	(14.183)	6.253	20	(9.602)	(2.192)	-	-	(11.794)
Telefonia e comunicação	1.155	(827)	328	20	(518)	(141)	-	-	(659)
Material hidráulico	17	(11)	6	20	(8)	(1)	-	-	(9)
Ferramentas de manutenção	116	(87)	29	20	(53)	(17)	-	-	(70)
Bens de segurança	105	(85)	20	10	(69)	(8)	-	-	(77)
Eletrodoméstico	1.096	(605)	491	10	(460)	(67)	-	-	(527)
Móveis e utensílios	5.662	(3.432)	2.230	10	(2.914)	(250)	-	-	(3.164)
Veículos	8.404	(5.610)	2.794	20	(6.366)	(1.223)	-	-	(7.589)
Edificações	59	(14)	45	4	(9)	(2)	-	-	(12)
Terrenos	3.982	-	3.982						
Bens sem tombamento	146	-	146		(45.490)	-	10	-	(45.480)
Bens de uso geral	-	-	-						
Obras em andamento material p/ expansão	33.377	-	33.377						
Obras em andamento material p/ Automação	7.866	-	7.866						
Migração de Ativo Fixo/Saldo	75.908	(45.479)	30.429						
	182.767	(81.071)	101.696						

	31/12/2016			31/12/2017					
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido (R\$)	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido (R\$)	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido (R\$)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	20.104	(8.619)	11.485	5.574.474	(668.301)	4.906.173	5.574.474	(668.301)	4.906.173
Computadores e periféricos	19.155	(11.794)	7.361	598.328	-	598.328	598.328	-	598.328
Telefonia e comunicação	1.151	(659)	492	36.467	(3.463)	33.004	36.467	(3.463)	33.004
Material hidráulico	17	(9)	8	6.209.269	(671.764)	5.537.505	6.209.269	(671.764)	5.537.505
Ferramentas de manutenção	95	(70)	25						
Bens de segurança	105	(77)	28						
Eletrodoméstico	915	(527)	388						
Móveis e utensílios	4.573	(3.164)	1.409						
Veículos	10.138	(7.589)	2.549						
Edificações	59	(12)	47						
Terrenos	3.970	-	3.970						
Bens sem tombamento	-	-	-						
Bens de uso geral	75.914	(45.479)	30.435						
Obras em andamento material p/ expansão	16.228	-	16.228						
Obras em andamento material p/ Automação	2.477	-	2.477						
Migração de Ativo Fixo/Saldo	-	-	-						
	154.901	(77.999)	76.902						

11.2. Movimentação do custo do imobilizado

	31/12/2017				
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transfer.	Saldo Final (R\$)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	20.104	5	(8)	4.337	24.438
Computadores e periféricos	19.155	15	(113)	1.319	20.436
Telefonia e comunicação	1.151	5	(1)	-	1.155
Material hidráulico	17	-	-	-	17
Ferramentas de manutenção	95	-	-	21	116
Bens de segurança	105	-	-	-	105
Eletrodoméstico	915	13	(1)	169	1.096
Móveis e utensílios	4.573	28	(12)	1.073	5.662
Veículos	10.138	-	(3.244)	1.510	8.404
Edificações	59	-	-	-	59
Terrenos	3.970	12	-	-	3.982
Bens sem tombamento	-	-	-	146	146
Bens de uso geral	75.914	-	-	(75.914)	-
Migração de Ativo Fixo/Saldo	-	-	-	75.908	75.908
Almoxarifado em expansão	16.228	38.207	(1.767)	(19.291)	33.377
Almoxarifado Imob. Automação	2.477	5.389	-	-	7.866
Total do custo	154.901	43.734	(5.146)	(10.722)	182.767

	31/12/2016				
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transfer.	Saldo Final (R\$)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	19.216	2	(97)	983	20.104
Computadores e periféricos	18.953	29	(250)	423	19.155
Telefonia e comunicação	1.168	19	(36)	-	1.151
Material hidráulico	17	-	-	-	17
Ferramentas de manutenção	94	-	-	1	95
Bens de segurança	105	-	-	-	105
Eletrodoméstico	917	-	(4)	2	915
Móveis e utensílios	4.552	4	(22)	39	4.573
Veículos	8.398	-	-	1.740	10.138
Edificações	59	-	-	-	59
Terrenos	3.970	-	-	-	3.970
Bens sem tombamento	-	-	-	-	-
Bens de uso geral	66.097	-	-	9.817	75.914
Migração de Ativo Fixo/Saldo	-	-	-	-	-
Almoxarifado em expansão	22.426	11.532	(1.911)	(15.819)	16.228
Almoxarifado Imob. Automação	-	2.477	-	-	2.477
Total do custo	145.972	14.063	(2.320)	(2.814)	154.901

11.3. Movimentação da Depreciação

	31/12/2017					
	Taxes (a.a.%)	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transfer.	Saldo Final (R\$)
Máquinas, aparelhos e Equipamentos	10	(8.619)	(2.119)	-	-	(10.738)
Computadores e periféricos	20	(11.794)	(2.389)	-	-	(14.183)
Telefonia e comunicação	20	(659)	(168)	-	-	(827)
Material hidráulico	20	(9)	(2)	-	-	(11)
Ferramentas de manutenção	20	(70)	(17)	-	-	(87)
Bens de segurança	10	(77)	(8)	-	-	(85)
Eletrodoméstico	10	(527)	(78)	-	-	(605)
Móveis e utensílios	10	(3.164)	(268)	-	-	(3.432)
Veículos	20	(7.589)	(1.126)	3.105	-	(5.610)
Edificações	4	(11)	(3)	-	-	(14)
Bens de uso geral		(45.480)	-	1	45.479	-
Migração de Ativo Fixo/Saldo		-	-	-	(45.479)	(45.479)
Total		(77.999)	(6.178)	3.106	-	(81.071)

	31/12/2016					
	Taxes (a.a.%)	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transfer.	Saldo Final (R\$)
Máquinas, aparelhos e Equipamentos	10	(6.726)	(1.893)	-	-	(8.619)
Computadores e periféricos	20	(9.602)	(2.192)	-	-	(11.794)
Telefonia e comunicação	20	(518)	(141)	-	-	(659)
Material hidráulico	20	(8)	(1)	-	-	(9)
Ferramentas de manutenção	20	(53)	(17)	-	-	(70)
Bens de segurança	10	(69)	(8)	-	-	(77)
Eletrodoméstico	10	(460)	(67)	-	-	(527)
Móveis e utensílios	10	(2.914)	(250)	-	-	(3.164)
Veículos	20	(6.366)	(1.223)	-	-	(7.589)
Edificações	4	(9)	(2)	-	-	(12)
Bens de uso geral		(45.490)	-	10	-	(45.480)
Migração de Ativo Fixo/Saldo		-	-	-	-	-
Total		(72.215)	(5.795)	10	-	(77.999)

12. INTANGÍVEL

12.1. Composição

	31/12/2017		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido (R\$)
Contratos de concessões	5.574.474	(668.301)	4.906.173
Contratos de concessões - PPP	598.328	-	598.328
Direitos de uso de softwares	36.467	(3.463)	33.004
	6.209.269	(671.764)	5.537.505

	31/12/2016		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido (R\$)
Contratos de concessões	5.131.723	(620.515)	4.511.208
Contratos de concessões - PPP	464.010	-	464.010
Direitos de uso de softwares	33.460	(2.669)	30.791
	5.629.193	(623.184)	5.006.009

Contratos de concessões - PPP

A COMPESA e a Odebrecht Ambiental, sociedade de propósito específico, assinaram em 15 de fevereiro de 2013, o contrato da Parceria Público-Privada para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife. O contrato de prestação de serviços tem prazo de 35 anos, com o propósito de implantação de 9.000 km de redes de esgoto, beneficiando 3,7 milhões de pessoas e aumentando a cobertura de esgoto na região de 30% para 90% nos próximos 10 anos, cuja operação iniciou em julho de 2013.

Garantias

Foram totalizados o valor de R\$ 597.776 referentes a bens oferecidos em garantia judicial.

Compromissos contratuais

De acordo com os dispositivos contratuais (Convênios de Cooperação e outros), a Companhia está impedida de oferecer bens vinculados à concessão em garantia; esta se encontra obrigada a cumprir com o regulamento geral de fornecimento de água e coleta de esgoto e deve atender ao programa de investimento com o objetivo de atingir a universalização dos serviços.

12.2. Movimentação

	Taxa de Amortização % a.a.	31/12/2017			
		Saldo Inicial (R\$)	Adições	Transfer.	Saldo Final (R\$)
Contratos de concessões					
Custo		5.131.723	446.855	(4.104)	5.574.474
Amortização	2%	(620.515)	(47.786)	-	(668.301)
		4.511.208	399.069	(4.104)	4.906.173
Contratos de concessões - PPP					
Custo		464.010	134.318	-	598.328
Amortização		-	-	-	-
		464.010	134.318	-	598.328
Softwares e direitos de uso					
Custo		33.460	3.007	-	36.467
Amortização	10%	(2.669)	(794)	-	(3.463)
		30.791	2.213	-	33.004
		5.006.009	535.600	(4.104)	5.537.505

	Taxa de Amortização % a.a.	31/12/2016			
		Saldo Inicial (R\$)	Adições	Transfer.	Saldo Final (R\$)
Contratos de concessões					
Custo		4.863.430	268.293	-	5.131.723
Amortização	2%	(573.909)	(46.606)	-	(620.515)
		4.289.521	221.687	-	4.511.208
Contratos de concessões - PPP					
Custo		324.947	139.063	-	464.010
Amortização		-	-	-	-
		324.947	139.063	-	464.010
Softwares e direitos de uso					
Custo		32.957	503	-	33.460
Amortização	10%	(1.878)	(791)	-	(2.669)
		31.079	(288)	-	30.791
		4.645.547	360.462	-	5.006.009

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		31/12/2017		31/12/2016	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco do Brasil - FIDC	(a)	15.000	87.500	15.000	102.500
Caixa Econômica Federal - Finan.	(b)	521	-	2.167	538
Caixa Econômica Federal I	(c)	8.333	-	8.334	8.333
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	(d)	4.604			

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

(a) Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e a implantação da Adutora do Agreste;

(b) Corresponde, principalmente, a prestação de serviço proveniente da Parceria Público-Privada (PPP) com a Odebrecht Ambiental, e outros serviços associados de leitura, hidrometração, corte e religação;

(c) Corresponde à prestação de serviço de construção através de empreiteiras para viabilização dos projetos de investimento da Companhia.

15. DEBÊNTURES

Até 31 de dezembro de 2017, o BNDES havia subscrito 8.100 debêntures, sendo 1.100 em 2014, 3.000 em 2012, 3.000 em 2011, 520 em 2010 e 480 em 2009, conforme demonstrado a seguir:

- Vencimento antecipado ou condenação judicial de quantia à vista superior a R\$ 20 milhões ou em 12 meses superior a R\$ 40 milhões;
- Descumprimento dos índices financeiros estabelecidos em contrato;
- Redução do quadro de pessoal sem anuência do debenturista;
- Perda de concessão que comprometa a capacidade de pagamento; e
- Inclusão em acordo societário ou estatuto de dispositivos que cerceiem o controle da Companhia pelo seu Controlador (Governador do Estado).

Pelo contrato de subscrição, os debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na hipótese de perda de concessão que possa comprometer a capacidade de pagamento da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atendeu aos índices contratuais e a Administração não tem conhecimento de nenhum descumprimento de obrigação contratual que possa resultar em antecipação da dívida.

15.5. Cronograma de vencimento

Apresentamos, a seguir, o cronograma de desembolsos que deverá ser cumprido pela Companhia:

		31/12/2017			
Taxas	Contrato	Quantidade	Circulante	Não Circulante	Total R\$
Debêntures I					
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/017	118	889	1.111	2.000
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/025	73	550	688	1.238
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/033	140	1.055	1.319	2.374
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/041	149	1.122	1.404	2.526
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/050	304	2.290	2.863	5.153
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/068	91	686	857	1.543
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/076	125	958	1.198	2.156
		1.000	7.550	9.440	16.990
Debêntures II					
TJLP +2,51 a.a.	11.200.491/011	3.000	6.285	14.670	20.955
TJLP +2,51 a.a.	11.200.491/038	1.100	8.381	19.560	27.941
9,78% a.a. + IPCA	11.600.051/027	3.000	9.465	30.315	39.780
		7.100	24.131	64.545	88.676
Debêntures III					
CETIP	CT.PS.16.3.001	10.000	19.672	67.214	86.886
		10.000	19.672	67.214	86.886
		18.100	51.353	141.199	192.552

		31/12/2016			
Taxas	Contrato	Quantidade	Circulante	Não Circulante	Total R\$
Debêntures I					
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/017	118	895	1.891	2.785
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/025	73	554	1.181	1.734
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/033	140	1.062	2.343	3.404
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/041	149	1.130	2.461	3.590
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/050	304	2.305	4.940	7.245
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/068	91	690	1.497	2.187
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/076	125	965	2.093	3.057
		1.000	7.600	16.404	24.003
Debêntures II					
TJLP +2,51 a.a.	11.200.491/011	3.000	6.413	20.210	26.623
TJLP +2,51 a.a.	11.200.491/038	1.100	8.536	27.013	35.549
9,78% a.a. + IPCA	11.600.051/027	3.000	-	48.399	48.399
		7.100	14.949	95.622	110.571
Debêntures III					
CETIP	CT.PS.16.3.001	10.000	13.333	86.667	100.000
		10.000	13.333	86.667	100.000
		18.100	35.882	198.692	234.574

15.1. Debêntures I

Em 03 de março de 2008, foi firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o contrato de subscrição particular de emissão de 1.000 debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações. Em 15 de fevereiro de 2008, foram emitidas debêntures no valor de R\$ 69.211. O BNDES adquiriu a totalidade das debêntures.

Os referidos títulos são atualizados pela TJLP, mais juros de 2,44% a.a. O prazo de subscrição integral foi até 15 de agosto de 2010. Esta teve carência para pagamento até 15 de setembro de 2010.

O contrato estabelece o total de 114 prestações mensais e sucessivas, o vencimento da primeira parcela ocorreu no dia 15 do mês subsequente ao prazo de término da carência e o vencimento final dar-se-á em 15 de março de 2020. As debêntures estão garantidas por recebíveis de clientes e conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à maior prestação de amortização do principal e acessório da dívida decorrente das debêntures. A conta reserva corresponde a uma aplicação financeira em conta corrente não movimentável pela Companhia em títulos do Tesouro Nacional, em fundos por eles lastreados ou, ainda, em títulos de emissão do próprio banco.

Os títulos foram emitidos com os seguintes objetivos:

- Estruturação e modernização da gestão dos escritórios locais;
- Implantação de um sistema de gestão empresarial (ERP);
- Implantação do sistema de informação, supervisão e controle em tempo real (SIGA);
- Instalação e substituição de hidrômetros; e
- Melhoria da gestão de suprimentos.

15.2. Debêntures II

Em 17 de maio de 2011, a Companhia celebrou novo contrato de promessa de subscrição (10.000 debêntures simples e nominativas), sendo a primeira série de colocação do BNDES, a segunda de colocação do BNDESPAR e a terceira do BNDES, no valor total de R\$ 144.000 para serem investidos em seu desenvolvimento institucional e operacional, bem como na implantação, ampliação e modernização dos seus sistemas de abastecimento de água e esgoto nas áreas de concessão. Sobre o principal incidem juros de 2,51% acrescidos da TJLP

Como garantias, foram oferecidos direitos creditórios ou direitos emergentes de

contratos de programas e de concessão celebrados com os municípios de Recife e Olinda, direitos creditórios detidos na conta Reserva, conta vinculada e na conta pagamento IPCA ao BNDES. As debêntures têm prazo de carência de 36 meses a contar da data de emissão, e suas formas de amortização variam em decorrência das séries de emissão.

15.3. Debêntures III

Em 04 de janeiro de 2016, a Companhia firmou contrato com o banco Santander de emissão pública. Em 31 de maio de 2016 foram emitidas 10.000 debêntures simples não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 100.000. Sobre o principal renderão juros correspondentes a acumulação das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros). O contrato estabelece um prazo de 72 meses, sendo 12 meses de carência a contar da data de emissão.

15.4. Cláusulas restritivas

Em decorrência da operação de debêntures contratada no BNDES, a Companhia encontra-se impedida de efetuar, sem a anuência da instituição financeira, a alienação de bens vinculados à concessão (classificados no intangível) em valor acima de R\$ 50.000, bem como deverá manter índices econômico-financeiros apurados anualmente com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O não cumprimento desses índices implica a Companhia oferecer garantias adicionais à instituição ou vencimento antecipado das debêntures.

Os debenturistas podem declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na ocorrência dos seguintes principais eventos:

- Vencimento antecipado ou condenação judicial de quantia à vista superior a R\$ 20 milhões ou em 12 meses superior a R\$ 40 milhões;
- Descumprimento dos índices financeiros estabelecidos em contrato;
- Redução do quadro de pessoal sem anuência do debenturista;
- Perda de concessão que comprometa a capacidade de pagamento; e
- Inclusão em acordo societário ou estatuto de dispositivos que cerceiem o controle da Companhia pelo seu Controlador (Governador do Estado).

Pelo contrato de subscrição, os debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na hipótese de perda de concessão que possa comprometer a capacidade de pagamento da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atendeu aos índices contratuais e a Administração não tem conhecimento de nenhum descumprimento de obrigação contratual que possa resultar em antecipação da dívida.

15.5. Cronograma de vencimento

Apresentamos, a seguir, o cronograma de desembolsos que deverá ser cumprido pela Companhia:

Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	20.687
2018	-	23.140
2019	51.870	28.955
2020	46.399	106.742
2021	42.930	19.168
	141.199	198.692

16. PASSIVO FISCAL CORRENTE E DIFERIDO

	31/12/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Tributos Próprios				
Corrente:				
COFINS e PIS	8.114	-	6.022	-
ICMS	-	-	2.128	-
CSLL	7.337	-	-	-
Outros tributos a recolher	1	-	43	-
Parcelamento - outros	-	105	-	158
	15.452	105	8.193	158
Tributos retidos de terceiros				
Corrente:				
IRRF	2.575	-	2.368	-
Contribuições sociais (PIS/COFINS/CSLL)	1.139	-	1.175	-
ISS	6.540	-	7.878	-
INSS	1.914	-	2.381	-
Outros tributos a recolher	38	-	-	-
	12.206	-	13.802	-
Passivo fiscal - corrente	27.658	105	21.995	158
Tributos próprios				
Diferido:				
PIS	1.562	-	1.853	-
COFINS	7.194	-	8.536	-
IRPJ	-	-	-	19.249
CSLL	-	30.660	-	22.840
CSLL AAP	-	-	-	-
	8.756	30.660	10.389	42.089
Passivo fiscal - diferido	8.756	30.660	10.389	42.089
	36.414	30.765	32.384	42.247

16.1. Passivo fiscal - corrente

PIS e COFINS a recolher

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS) e totalizaram no exercício de 2017 R\$ 8.114 (R\$ 6.022 em 2016).

ICMS a recolher

A Companhia é sujeito passivo da obrigação tributária cujo fato gerador é o recebimento de mercadoria proveniente de fornecedores de outros estados, obrigação este referente ao diferencial de alíquota interestadual que totalizou zero (R\$ 2.128 em 2016). Entretanto, conforme Decreto 41.575 de 30 de março de 2015, a Companhia se tornou isenta do referido imposto.

16.2. Passivo fiscal - diferido

PIS e COFINS a recolher

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS), pelo regime de competência, sobre diferenças de bases fiscais de faturamento a órgãos governamentais, as quais são tributáveis quando as faturas são liquidadas. Essas diferenças são contabilizadas em PIS a recolher - diferido e COFINS a recolher - diferido.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme previsto no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando a receita ou a despesa estão incluídas no lucro contábil do exercício, mas estão incluídas no lucro tributável (prejuízo fiscal) em exercício diferente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e a contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

A movimentação do passivo fiscal diferido ficou assim:

	31/12/2017		
	Saldo Inicial (R\$)	Resultado	Saldo Final (R\$)
Diferido			
IRPJ	19.249	(19.249)	-
CSLL	22.840	7.820	30.660
	42.089	(11.429)	30.660

	31/12/2016		
	Saldo Inicial (R\$)	Resultado	Saldo Final (R\$)
Diferido			
IRPJ	19.249	-	19.249
CSLL	16.080	6.760	22.840
	35.329	6.760	42.089

Em outubro de 2017 foi realizada a baixa do saldo de IRPJ s/ convergência, que correspondia a R\$ 32.330 (R\$ 19.249 de saldo anterior e R\$ 13.081 apurado em 2017). A baixa foi realizada devido ao processo nº 0802796-27.2013.4.05.8300 de imunidade tributária.

16.3. Imunidade tributária

A Companhia atualmente busca junto aos órgãos competentes a imunidade do Imposto de Renda, fundamentado nos pré-requisitos necessários para tal enquadramento, quais sejam:

- A Companhia deter 100% de suas ações ordinárias sob o domínio de Ente público;
- Prestar serviços públicos essenciais;
- Inexistir concorrência na sua área de atuação (caráter exclusivo);
- Não distribuir seus lucros, revertendo os resultados positivos para capitalização da própria Companhia, em benefício do serviço público prestado.

Dessa forma, a Companhia entende que se enquadra em tais requisitos, inclusive de acordo com assessores jurídicos externos no tema da Imunidade Tributária Recíproca, julgada pelo Supremo Tribunal Federal para sociedade de economia mista e sua aplicabilidade no serviço de água e esgoto.

Nesse sentido, a Compesa ajuizou ação requerendo o reconhecimento da referida imunidade tributária no âmbito da União, do Estado e dos Municípios. A 12ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco deferiu Tutela Antecipada nos Autos do Processo nº 0802796-27.4.05.8300, determinando a suspensão da exigibilidade do Imposto de Renda cobrado pela União.

Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25, a Assessoria Jurídica que acompanha a causa avaliou como remota a possibilidade de perda para a Compesa. Diante do que foi exposto, em 2016 a COMPESA suspendeu o pagamento do Imposto de Renda Estimativa mensal e deixou de fazer o reconhecimento da Provisão.

A Imunidade Tributária acima descrita não contempla a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Essa despesa compreende os tributos correntes e diferidos, ambos reconhecidos no resultado.

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para 13º salário	-	-
Participação no resultado	7.319	4.879
Provisão para férias	20.325	19.946
INSS a recolher	5.154	5.118
Salários a pagar	8.957	8
FGTS a recolher	1.704	1.642
Valores a pagar COMPESAPREV	1.624	2.107
Valores a pagar COMPESASAÚDE	3.051	2.858
SESI/SENAL a recolher	384	376
Vale Alimentação	3.216	1.903
Rescisões	809	673
Outros	1.978	75
	54.521	39.585

18. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Confissão de dívida com COMPESAPREV	10.786	32.907	10.573	40.243
Confissão de dívida com COMPESASAÚDE	286	583	298	989
Prefeitura de Petrolina	1.057	512	1.057	512
Convênios (Estaduais e Federais)	-	4.882	-	11.004
Convênios CODEVASF	-	85.497	-	85.497
Ressarcimento a terceiros	15.395	-	20.480	-
Parceria Público-Privada - PPP	-	598.328	-	464.010
Recuperação CBOS - PPP	-	(116.624)	-	(81.592)
Crédito Governo do Estado	-	49.699	-	96.218
Outros	841	32	891	22.332
	28.365	655.816	33.299	639.213

18.1. Confissões de dívida com COMPESAPREV

Em 7 de julho de 2005, a COMPESA e a COMPESAPREV - Fundação COMPESA de Previdência e Assistência, tendo como interveniente o Banco de Pernambuco S.A. - BANDEPE, celebraram instrumento particular de ratificação da confissão da dívida na qual a Companhia se comprometeu a pagar as dívidas da seguinte forma:

Dívida 2 - Vencimento a partir do prazo de julho de 2006 em 195 prestações mensais e consecutivas, atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além dos juros remuneratórios calculados pela Tabela Price de amortização a 7% ao ano sobre o saldo devedor, em 2017, de R\$ 43.693 (R\$ 50.816 em 31/12/2016). A dívida será quitada em setembro de 2022.

	Saldo Inicial (R\$)	Encargos	Amortização	Saldo Final (R\$)
	01/01/2016			31/12/2017
Confissão de dívida com COMPESAPREV	50.816	959	8.082	43.693

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

18.2. Confissões de dívida com COMPESASAÚDE

Em 22 de maio de 2009, foi assinado o instrumento de Confissão de Dívida firmado entre a Fundação COMPESA de Previdência e Assistência e a Companhia Pernambucana de Saneamento. Neste documento, a COMPESA assume a dívida no valor de R\$ 2.800, que deverá ser atualizado e corrigido.

O saldo devedor em 2017 é de R\$ 869 (R\$ 1.287 em 31 de dezembro de 2016).

A dívida é referente aos passivos dos tributos PIS e COFINS do assistencial (COMPESASAÚDE) para o previdencial da COMPESAPREV relativo ao período entre maio de 2001 e setembro de 2007.

No instrumento foi negociado o parcelamento de dívida em 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas, calculadas pela Tabela Price com juros reais equivalentes a 6% ao ano, atualizados mensalmente pelo indexador monetário considerado na meta atuarial (INPC + 5,5%) ao ano, sendo a primeira prestação com vencimento em 1º de fevereiro de 2010 e a última em dezembro de 2019.

Saldo Inicial (R\$) 01/01/2016	Encargos	Amortização	Saldo Final (R\$) 31/12/2017	
Confissão de dívida com COMPESASAÚDE	1.287	89	507	869

18.3. Prefeitura de Petrolina

Em virtude do Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Transação e Outras Avenças firmadas com o Município de Petrolina em 18 de dezembro de 2007, a Companhia possui, no seu passivo, o registro de parcelas vincendas decorrentes da indenização à prefeitura de investimentos realizados pelo Município em infraestrutura de distribuição de água e esgotamento sanitário no âmbito do município de Petrolina. Na data do instrumento, o valor da dívida acordada foi de R\$ 14.659, a qual deverá ser paga da seguinte forma: (i) R\$ 740 por conta da prestação de serviço de fornecimento de água e esgoto pela COMPESA à prefeitura; (ii) R\$ 13.919 em 24 parcelas mensais fixas e irrevogáveis de R\$ 723 e mais 12 parcelas de R\$ 437 nas mesmas condições. Os valores estão sendo negociados entre as partes, justificando a não movimentação no período/exercício.

18.4. Convênios (Estaduais e Federais)

Órgãos Estaduais

DETRAN - PE

Em 7 de julho de 2003, a Companhia celebrou com o DETRAN - PE convênio para remover rede coletora de esgoto da COMPESA do terreno pertencente ao DETRAN - PE. Tal convênio foi aditado em 5 de janeiro de 2004, estando vigente até a presente data.

Porto de Suape

Em 27 de dezembro de 2007, a Companhia celebrou com o Porto de Suape convênio para execução e planejamento, visando à elaboração de estudos ambientais para projeto básico e estudos necessários para construção de sistema produtor de recursos hídricos, no valor de R\$ 2.013. Tal convênio tem vigência de 480 dias, contudo se encontra vigente até a presente data em função de pendências de prestação de contas. No exercício de 2016 não houve desembolso.

CEHAB

Em 22 de novembro de 2010 foi firmado com a Companhia Estadual de Habitação e Obras, convenio para o remanejamento da linha tronco de distribuição de agua nos diâmetros de 600mm e 250mm na Avenida Maria Irene. Tal convenio entrou em vigência em 31 de março de 2011 e encontra-se vigente até a presente data devido pendências de prestação de contas.

Órgãos Federais

DER

Em 5 de dezembro de 2002, a Companhia celebrou com o DER convênio para cooperação técnica para implantação da reserva ecológica de Gurjaú e reflorestamento de 100 ha da faixa do entorno do reservatório da barragem de Tapacurá, no valor de R\$ 582. Tal convênio tem vigência de seis anos, contudo se encontra vigente até a presente data em função de pendências de prestação de contas.

Ministério do Turismo

Em 30 de junho de 2006, foi celebrado convênio, por meio do Ministério do Turismo, para implantação do Projeto Melhoraria do Sistema de Esgotamento Sanitário do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, ação elegeível e integrante do PRODETRUR II, programa parcialmente financiado com recurso do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, por meio do Banco do Nordeste do Brasil - BNB. O montante total do convênio foi de R\$ 4.085, sendo R\$ 453 com recursos da COMPESA e o restante com recursos do poder concedente (Ministério do Turismo), os quais foram integralmente aportados até a presente data. Como não foram cumpridas as formalidades necessárias para a realização da Prestação de Contas conforme estabelecido no convênio, o montante de R\$ 3.539 e os correspondentes rendimentos de aplicações financeiras vêm sendo mantidos no passivo não circulante.

Ministério da Integração Nacional

Em 22 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com a União, por intermédio do Ministério da Integração Nacional e do Governo do Estado de Pernambuco, convênio para a implantação, operação e manutenção da infraestrutura de abastecimento de água de comunidades rurais localizadas em Pernambuco, ao longo dos canais do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF. Tal convênio tem vigência de 720 dias a contar da assinatura e valor total de R\$ 41.133.

SENAI

Em janeiro de 1984, a Companhia celebrou com o SENAI convênio para cooperação técnica para realização de programas de desenvolvimento dos funcionários. Tal convênio tem vigência até dezembro de 1984. O convênio encontra-se vigente até a presente data em função de ainda existirem pendências de prestação de contas.

CODEVASF

Em 30 de maio de 2011, foi celebrado convênio com o Ministério da Integração Nacional, através da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, para implantação, ampliação, intervenções e adequação do sistema de esgotamento sanitário existente no município de Petrolina, inclusive beneficiando as populações das agrovilas no perímetro de irrigação senador Nilo Coelho do município de Petrolina, com prazo de execução em julho de 2014, podendo ser prorrogado; valor total do convênio: R\$ 65.000, valor recebido até 31 de dezembro de 2014.

18.5. Ressarcimento a terceiros

O saldo apresentado nessa rubrica corresponde a valores recebidos de clientes classificados como recebimentos em duplicidade. Estes valores ficam registrados na contabilidade por um período de 5 anos, até que o cliente faça a solicitação de devolução ou de compensação. Após 5 anos, a Companhia reconhece esses valores como receitas financeiras.

18.6. Parceria Público-Privada (PPP)

O saldo corresponde aos bens adquiridos ou em construção pela Odebrecht Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada - PPP em benefício da COMPESA. (Nota Explicativa 12.1). O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos a

Odebrecht Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constante na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema - COS incluído nos pagamentos referente à contraprestação básica da operação do sistema CBO, durante o período da concessão previsto para 35 anos.

18.7. Crédito Governo do Estado

Os valores apresentados nessa rubrica tratam-se de créditos a pagar, provenientes de juros sobre o capital próprio (JSCP) de anos anteriores, ao acionista majoritário, o Governo do Estado de Pernambuco. Esses créditos não possuem prazo de vencimento e foram constituídos para registrar a remuneração do capital do sócio majoritário.

No exercício de 2017 foi calculado juros sobre capital próprio no valor R\$ 84.159 (R\$ 40.071 em 2016), sendo parte do acionista majoritário o valor de R\$ 83.954 (R\$ 40.031 em 2016).

Juros sobre o Capital Próprio	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio Líquido	4.948.813	4.387.635
(=) Base de cálculo	4.948.813	4.387.635
Variação TJLP (%)	7,36200199	7,76325989
JCP - limite societário	364.332	340.624

Limitadores fiscais (Dedutibilidade) - R\$

Lucro líquido em 31/12/2016, após a CSLL e antes do IR	168.318	80.142
Juros sobre o Capital Próprio Dedutível	50%	50%
	84.159	40.071

Distribuição

Sócio majoritário GE (99,9% do capital total)	83.954	40.031
Sócios minoritários (0,1% do capital total)	205	40
Total	84.159	40.071

19. PROVISÃO PARA PERDAS EM PROCESSOS JUDICIAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Ações trabalhistas	23.042	20.149
Ações cíveis / tributárias	38.601	25.885*
	61.643	46.034

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para perdas em processos judiciais:

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	16.613	24.662	41.275
Constituição de provisões	4.702	7.854	12.556
Reversão de provisões	(1.166)	(6.631)	(7.797)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	20.149	25.885	46.034
Constituição de provisões	4.299	14.016	18.315
Reversão de provisões	(1.406)	(1.300)	(2.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	23.042	38.601	61.643

A Companhia, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os montantes de provisões registradas são suficientes para cobrir as perdas prováveis. Em relação a alguns desses processos, a Companhia efetuou depósitos judiciais que se encontram registrados no ativo não circulante no montante de R\$ 89.544 (R\$ 63.522 em 2016).

As declarações de rendimentos e os demais encargos resultantes das operações da Companhia estão sujeitos a exame por parte de Autoridades Fiscais, dentro dos prazos prescricionais.

Foram considerados como perda provável os processos cujo desfecho é desfavorável à COMPESA, nos quais há uma estimativa suficientemente segura do valor a ser desembolsado na data do balanço e cuja estimativa de tempo para a efetiva liberação dos recursos para a parte adversa é inferior ao tempo médio de tramitação dos processos submetidos ao mesmo rito processual, perfazendo o montante de R\$ 61.642 (R\$ 46.034 em 2016).

Receberam a classificação de perda possível os processos cujo desfecho é incerto em relação à COMPESA, nos quais há uma estimativa suficientemente segura do valor a ser desembolsado na data do balanço e cuja estimativa de tempo para a efetiva liberação dos recursos para a parte adversa é igual ou até 12 (doze) meses superior ao tempo médio de tramitação dos processos submetidos ao mesmo rito processual, perfazendo um montante de R\$ 32.762 (R\$ 172.465 em 2015). Não foram constituídas provisões nesses montantes conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

20. BENEFÍCIO A EMPREGADOS

20.1. Plano de Previdência e Assistência - COMPESAPREV

A Companhia é patrocinadora da Fundação COMPESA de Previdência e Assistência - COMPESAPREV, que é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.950, de 26 de fevereiro de 1987, do Ministério da Previdência Social (MPS), obedecendo às Normas e Resoluções expedidas pela PREVIC.

O Plano de Previdência Complementar, em questão, é de benefício definido, sendo integrado por Benefícios Programados e por Benefícios de Riscos

Constam como participantes deste Plano o empregado que estiver em pleno exercício de suas atividades laborativas junto à Patrocinadora (COMPESA), bem como o empregado que se desligar do quadro de pessoal da Empresa e continuar na condição de participante do Plano. Ocorrendo a perda do vínculo empregatício com o Patrocinador, é assegurado ao Participante que não estiver em gozo no benefício pelo Plano, o direito de optar por uma das seguintes situações:.

- Tornar-se um participante auto patrocinador;
- Tornar-se um participante em BPD (Benefício Proporcional Definido);
- Deixar de ser participante em razão de optar por realizar Resgate de Contribuição;
- Deixar de ser participante em razão de optar por realizar a Portabilidade;

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a COMPESAPREV tem como principal finalidade suplementar, parcial ou totalmente, os benefícios a que tem direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência Social (SINPS) os empregados da COMPESA. Os benefícios concedidos pelo Plano são basicamente os seguintes:

Suplementação de aposentadoria por invalidez

Será concedida ao participante durante o período que lhe seja mantida a aposentadoria por invalidez pela Previdência Social, desde que o participante tenha contribuído ininterruptamente, nos últimos 12 meses anteriores ao início deste benefício, desde que a adesão ao plano tenha ocorrido até 90 dias da admissão, caso contrário terá a carência ampliada para 60 meses.

Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição

Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação ao participante com idade inferior a 55 anos será concedida desde que este integralize o Fundo de Cobertura correspondente aos encargos adicionais

decorrentes da antecipação ou este seja reduzido da suplementação pela aplicação de fator redutor determinado pelo princípio de equivalência atuarial. A suplementação por aposentadoria para os participantes que atendem aos requisitos mínimos da

Previdência Social (35 anos participantes do sexo masculino, e 30 anos participantes do sexo feminino) é assegurada o mínimo de 20% do salário real do benefício.

É assegurada para os participantes com tempo de serviço inferior a 35 e 30 anos (sexos masculino e feminino, respectivamente) a suplementação mínima de 14% a 18,80% do salário real de benefício, os participantes que apresentarem tempo de serviço entre 30 e 34 anos para o participante do sexo masculino e 25 e 29 anos do sexo feminino.

Suplementação de aposentadoria por idade

Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação ao participante é assegurada o mínimo de 20% do salário real do benefício.

Suplementação de aposentadoria especial

Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria especial pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação ao participante é assegurada o mínimo de 20% do salário real do benefício. A suplementação não poderá ser inferior a tantos 1/20 de 20% do salário real de benefício quantos forem os anos completos e ininterruptos de contribuição ao plano, contados desde a data da última inscrição como participante deste Plano até o máximo de 20/20;

Suplementação de pensão

Será concedida aos dependentes beneficiários uma suplementação de pensão igual à cota familiar de 50% mais 10% como cota individual, por dependente beneficiário, até o máximo de 5, da suplementação de aposentadoria que tiver recebido ou do que teria direito se na ocasião do falecimento viesse a se aposentar por invalidez pela Previdência Social.

Suplementação de abono anual

Será paga ao participante ou aos dependentes beneficiários na mesma época em que for pago o abono anual pela Previdência Social. A suplementação corresponde a 1/12 da suplementação devida em dezembro, por mês de suplementação recebida durante o ano corrente.

Em 31 de dezembro de 2017, a COMPESAPREV possui 2.826 participantes ativos (2.914 em 31 de dezembro de 2016), 1.704 participantes assistidos (1.619 em 31 de dezembro de 2016), 707 pensionistas (679 em 31 de dezembro de 2016) e 22 participantes com benefício proporcional definido (27 em 31 de dezembro de 2016). Os principais recursos que a COMPESAPREV dispõe para o seu funcionamento são representados por:

Contribuições dos participantes

Os participantes assistidos recolhem à COMPESAPREV valores equivalentes ao resultado da aplicação das seguintes taxas:

- 2,5875% da parcela de seu salário real de contribuição, não excedente à metade do menor valor teto de cálculo do benefício complementar;
- 5,1750% da parcela do seu salário real de contribuição entre a metade do menor valor teto e o próprio menor valor teto de cálculo do benefício complementar;
- 10,35% da parcela de seu salário real de contribuição entre o menor valor teto e três vezes o menor valor teto de cálculo do benefício complementar;
- 13,80% da parcela de seu salário real de contribuição entre três vezes o menor valor teto e o maior valor teto de cálculo do benefício complementar.

Os participantes ativos recolhem à COMPESAPREV valores equivalentes ao resultado da aplicação das seguintes taxas:

- 2,5875% até março de 2014 e a partir de abril de 2014 a taxa de 2,8649% da parcela de seu salário real de contribuição, não excedente à metade do menor valor teto de cálculo do benefício complementar;
- 5,1750% até março de 2014 e a partir de abril de 2014 a taxa de 5,7298% da parcela do seu salário real de contribuição entre a metade do menor valor teto e o próprio menor valor teto de cálculo do benefício complementar;
- 10,35% até março de 2014 e a partir de abril de 2014 a taxa de 11,4595% da parcela de seu salário real de contribuição entre o menor valor teto e três vezes o menor valor teto de cálculo do benefício complementar;
- 13,80% até março de 2014 e a partir de abril de 2014 a taxa de 15,2794% da parcela de seu salário real de contribuição entre três vezes o menor valor teto e o maior valor teto de cálculo do benefício complementar.

Tais percentuais contributivos podem ser alterados, na forma da legislação vigente, com base em resultados nas Reavaliações Atuariais.

Contribuição da entidade patrocinadora

A partir de janeiro de 2017 a Patrocinadora COMPESA não mais realizará contribuição suplementar destinada a averbar o tempo de serviço anterior dos Participantes Fundadores do Plano de benefício Definido da COMPESAPREV como tempo de filiação a esse Plano já que a vigência de tal contribuição se encerrou em dezembro de 2016, permanecendo a vigência de tal contribuição normal de valor igual ao valor total das contribuições normais recolhidas a cada mês pelos Participantes ativos e Assistidos do Plano.

Rendimentos financeiros

A COMPESAPREV dispõe, para seu funcionamento, dos rendimentos resultantes das aplicações financeiras em investimentos, obedecendo ao disposto em Resolução do Conselho Monetário Nacional.

De acordo com suas demonstrações contábeis, a COMPESAPREV, em 31 de dezembro de 2017, apresenta um déficit técnico acumulado de R\$ 13.421 (déficit técnico de R\$ 12.391 em 2016), equivalente a 1,75 % (1,72% em 2016) do ativo líquido. Estas mesmas demonstrações contábeis, que não fazem parte dos conjuntos das demonstrações da Companhia, apresentam as seguintes informações adicionais:

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão de benefícios concedidos	466.614	393.869
Provisão de benefícios a conceder	313.616	339.028
Provisões matemáticas a constituir	-	-
Exigível atuarial	780.230	732.897
Déficit técnico	(13.421)	(12.391)
Ativo Líquido do Plano	766.809	720.506

No exercício de 2017, a Companhia repassou à COMPREV R\$ 8.942 (R\$ 12.102 em 2016) a título de contribuição.

Em 31 de dezembro de 2017, para fins de atendimento ao disposto no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, a Companhia avaliou os benefícios definidos, integrados por Benefícios Programados e por Benefícios de Risco do seu plano COMPESAPREV, mediante a contratação de atuário, o qual avaliou o valor presente das obrigações em R\$ 764.496 (R\$ 693.513 em 2016) e o valor justo dos ativos em R\$ 791.142 (R\$ 715.592 em 2016), resultando em um ativo líquido de R\$ 26.646 (R\$ 22.079 em 2016) à COMPESAPREV, conforme demonstrativo.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

Variação do valor presente das obrigações e valor justo do ativo do plano.

Aumento/(diminuição) no valor presente das obrigações

Variação no Valor Presente das Obrigações		
	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações - Saldo Inicial	693.513	538.157
Custos do serviço corrente	12.081	8.689
Juros sobre o valor presente das obrigações	75.302	68.999
Ganhos atuariais	24.486	112.079
Benefícios pagos	(40.887)	(34.411)
Valor Presente das Obrigações - Saldo Final	764.496	693.513

Variação no valor justo dos ativos do plano do exercício é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor justo dos ativos do plano saldo inicial	715.592	572.467
Contribuição do empregador	19.759	20.123
Contribuição do empregado	7.735	5.695
Retorno obtido pelos ativos do plano	78.571	74.637
Perdas/(ganhos) atuariais	10.371	77.081
Benefícios pagos	(40.887)	(34.411)
Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2017	791.142	715.592
Passivo da patrocinadora	(26.646)	(22.079)

No exercício de 2017, o ativo líquido de benefícios previdenciários não foi reconhecido em virtude de não atender o previsto nos itens 64b e 64c da CPC 33 (R1), e não existir qualquer ativo líquido a ser reconhecido pela COMPESA em relação ao Plano de Benefício Definido por ela patrocinado junto à COMPESAPREV.

Posição do passivo (ativo) do plano:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor justo do ativo do plano	(791.142)	(715.592)
Valor presente da obrigação vencida	473.148	387.905
Valor presente da obrigação a vencer	291.348	305.608
Valor líquido das obrigações	764.496	693.513
(Ativo líquido) / Passivo para a patrocinadora	(26.646)	(22.079)

No exercício de 2017, a Companhia não efetuou o reconhecimento dos ativos do plano, por não atender os itens 64b e 65c do CPC 33 (R1), assim como, o estabelecido na Resolução CGPC nº 26/2008. A citada resolução regulamenta a forma de distribuição da Reserva Especial dos Planos de Previdência Complementar em favor da empresa patrocinadora (e dos participantes, inclusive os Assistidos) que deveria ser reconhecido apenas o excedente do Superávit Técnico Acumulado excedente a 24,61% das Provisões Matemáticas avaliadas com taxa real de desconto de 5,24% ao ano (1% ao menos que a taxa real máxima de juros/descontos aplicável), e com Tábua Geral de Mortalidade "qx da AT-2000" desagravada em 10%.

Em 31 de dezembro de 2017, não havia valor passível de utilização pela COMPESA, já que, com tais hipóteses, não havia recurso registrado na referida Reserva Especial (para Revisão de Plano) para ser destinado à empresa patrocinadora do Plano.

Cálculo da estimativa do custo esperado

	31/12/2017	31/12/2016
Custos do serviço corrente	12.940	12.081
Custos dos juros	(3.356)	(3.269)
Contribuição esperada	(6.240)	(7.735)
Receita estimado esperado	3.343	1.077

No exercício de 2017, a Companhia repassou à COMPREV R\$ 8.942 (R\$ 12.102 em 2016) a título de contribuição.

Premissas atuariais atualizadas

Taxa de Juros (desconto) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total, bem como a Taxa de Rendimento esperada sobre os ativos do plano: 5,45% ao ano, em termos reais, e, 10,20% ao ano em termos nominais, considerando a inflação média anual, ao longo dos anos futuros, da ordem de 4,5% ao ano (inflação baseada no Estudo da I9Advisory que serviu de base ao ALM da CompesaPrev).

Nota

Tomando como base a Resolução CNPC nº 15 de 19 de novembro de 2014, a Duração do Passivo apurada foi de 14,61 anos, dessa forma, o Título Público comercializado em 31 de dezembro de 2017 com duração mais próxima é o com vencimento em 15 de maio de 2045.

Taxa de Crescimento Salarial: Cerca de 2,39% ao ano, em termos reais, e 7,00% ao ano, em termos nominais, considerando uma inflação média anual, ao longo dos anos futuros, da ordem de 4,5% ao ano, conforme Estudo Técnico de Adequação do Crescimento Salarial apresentado no Anexo ao JM/1644/2017 de 28 de agosto de 2017, bem como no anexo ao JM/1940/2017 de 09 de outubro de 2017.

Índice de Reajuste de Benefícios Concedidos de Prestação Continuada: da ordem de 4,5% ao ano (igual à inflação anual projetada para os anos futuros).

Inflação Projetada: da ordem de 4,5% ao ano (considerando os anos futuros de existência do plano), tomando como base o Estudo da I9Advisory que serviu de base ao ALM da CompesaPrev.

Fator de Capacidade do Benefício de Prestação Continuada de preservar seu poder aquisitivo entre 2 (dois) reajustes anuais consecutivos ao longo dos anos futuros: 0,9750 ou 97,50% (compatível com a Inflação Projetada de 4,5% ao ano).

Rotatividade: Considerada nula para refletir, de forma prudente, o reflexo da introdução do Instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD) e a existência do Instituto Autopatrocínio.

Tábua Geral de Mortalidade: qx da AT-2000 (masculina), em conformidade com o teste de aderência de Sobrevida/Mortalidade Geral apresentado dos anexos 1 e 3 ao JM/1914/2017 de 05 de outubro de 2017, bem como no anexo ao JM/1940/2017 de 09 de outubro de 2017.

Tábua de Mortalidade de Inválidos: q_v = qx da AT-49 em conformidade com o teste de aderência de Sobrevida/Mortalidade de Inválidos apresentado dos anexos 1 e 4 ao JM/1914/2017 de 05 de outubro de 2017, bem como no anexo ao JM/1940/2017 de 09 de outubro de 2017.

Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT-MÉDIA em conformidade com o teste de aderência de Entrada em Invalidez apresentado dos anexos 2 e 5 ao JM/1914/2017 de 05 de outubro de 2017, bem como no anexo ao JM/1940/2017 de 09 de outubro de 2017.

Composição de Família: experiência obtida na empresa Patrocinadora (COMPESA) no que se refere aos Participantes Aínda Não Assistidos e família efetiva no que se refere aos Assistidos (Aposentados e Pensionistas), em conformidade com o apresentado do Anexo ao JM/1854/2017 de 27 de setembro de 2017, bem como no Anexo ao JM/1940/2017 de 09 de outubro de 2017.

Para os Participantes do Plano, que poderão entrar em gozo de Suplementação Antecipada, informados pela COMPESA, (Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço/ Contribuição com conversão de Tempo de Serviço Especial em Normal): se realiza a correspondente conversão de Tempo de Serviço Especial em Tempo de Serviço.

20.2. Plano de Assistência Médica - COMPESASAÚDE

A Companhia também é patrocinadora do Plano de Assistência médico-hospitalar e odontológico, que é administrado pela COMPESAPREV, cujas contribuições são calculadas individualmente com o auxílio da tabela de contribuição mensal, lastreada em sua faixa de remuneração, no tamanho da sua família e na faixa etária.

O COMPESASAÚDE possui duas modalidades de planos: Plano I - com padrão de acomodação hospitalar em enfermaria e o Plano II - com padrão de acomodação hospitalar em apartamento. Esse plano é composto por titulares associados (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao PIA (Plano de Incentivo à Aposentadoria, aposentados sem direito ao PIA), empregados com contrato de trabalho suspenso, sócios auto patrocinados, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), titulares não associados à COMPESAPREV inscritos no COMPESASAÚDE até 25 de maio de 2001 (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao PIA, empregados com contrato de trabalho suspenso, servidores públicos ou empregados de outras entidades cedidos à COMPESA, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), dependentes e agregados.

Os planos caracterizam-se pelo completo atendimento aos procedimentos descritos na norma interna SAD 102/98, no Regulamento do Plano e nos demais atos normativos em vigor no que diz respeito às coberturas, às exclusões, às carências e ao padrão de acomodação hospitalar.

Os planos COMPESASAÚDE I e II são custeados pelas contribuições mensais dos seus associados, em pré-pagamento, conforme tabelas definidas por ocasião da avaliação atuarial de planos, e em pós-pagamento, referente aos valores correspondentes à co-participação. A Patrocinadora participa do custeio do plano, conforme regras acordadas anualmente por ocasião da Avaliação Atuarial do Plano e revisão do Plano de Custeio do COMPESASAÚDE.

Compromisso da Patrocinadora aos Empregados no Pós-Emprego

A Patrocinadora COMPESA, através do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que vem se renovando anualmente, assumiu o compromisso de custear o Plano COMPESASAÚDE relativamente às perdas de arrecadação mensal em função da adoção dos tetos máximos de desconto, sobre a remuneração do aposentado ou pensionista, de 16% (dezesseis por cento) para os titulares com PIA e de 20% (vinte por cento) para os titulares com ACT e PIA Especial. Estas duas perdas, somadas, representam 26,96% (25,96% em 31 de dezembro de 2016) da arrecadação da categoria de aposentados e pensionistas do COMPESASAÚDE, apurados na Avaliação Atuarial do Plano em 2017.

Em 2017, a Companhia reconheceu no resultado, a título de contribuição ao Plano de Assistência Médica, o montante de R\$ 34.807 (R\$ 31.093 em 2016).

Considerando a entrada em vigor da Resolução Normativa-RN nº254/2011, conforme artigo 27, em 04 de agosto 2012, os atuais beneficiários só poderão incluir como beneficiários, novo cônjuge e filhos do titular.

Considerando a nova tabela de faixa salarial vigente a partir de março de 2017 até fevereiro de 2018, a COMPESA deverá incorrer em gastos com o COMPESASAÚDE decorrentes da contribuição mensal devida neste período estimada em R\$ 36.011, de acordo com faixas salariais e etária constantes no relatório de avaliação atuarial comentado.

Em 2017, a Companhia, em atendimento ao disposto no CPC 33 - Benefícios a empregados, promoveu a mensuração de benefícios de assistência à saúde pós-emprego, os quais requerem a utilização de premissas acerca do nível e da frequência de sinistros futuros e do custo para a cobertura desses sinistros.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Valor Presente das Obrigações Atuariais no Início do exercício / ano	(103.960)	(84.470)
Taxa de desconto atuarial do ano anterior	10,70%	14,35%
(-) Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
(-) Custo de juros sobre a obrigação	(11.124)	(12.121)
(-) Custo do serviço corrente previsto para o ano	(3.850)	(3.129)
(+) Benefícios pagos no ano	4.597	3.659
Perda atuarial do exercício	(10.988)	(7.899)
Obrigação Total no Exercício	(125.325)	(103.960)
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do exercício	10.908	6.965
Taxa de retorno esperado para os ativos do plano	10,70%	14,35%
(+) Custo de juros sobre a obrigação	1.167	999
(+) Contribuição da patrocinadora	3.040	2.048
(-) Benefícios pagos no exercício	(4.597)	(3.659)
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	3.444	4.555
Valor justo dos ativos no exercício	13.962	10.908
Custo do serviço passado não reconhecido		
Ganho / (perda) atuarial no exercício	(10.988)	(7.899)
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	3.444	4.555
Apuração do resultado do exercício	(7.544)	(3.344)
Passivo a reconhecer no exercício	(111.363)	(93.052)

Premissas atuariais utilizadas

Bases Técnicas e Biométricas

- Tábua de Mortalidade de Válidos: AT-83 (diferenciada para Homens e Mulheres);
- Tábua de Entrada em Invalidez: Light Média;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-49 Male;
- Taxa de Desconto da avaliação de 2016: 10,70% a.a.;
- Taxa de Retorno Esperado dos Ativos da avaliação de 2016: 10,70% a.a.;
- Taxa de Inflação da avaliação de 2016: 5,00% a.a.;
- Crescimento real dos custos médicos em 2016: 3,00% a.a.;
- Taxa de Rotatividade em 2016: não adotada;
- Taxa de Desconto da avaliação de 2017: 9,50% a.a.;
- Taxa de Retorno Esperado dos Ativos da avaliação 2017: 9,50% a.a.;
- Taxa de Inflação da avaliação 2017: 4,00% a.a.;
- Crescimento real dos custos médicos em 2017: 3,00% a.a.;
- Taxa de Rotatividade em 2017: não adotada;
- Duration calculada em 2017: 15,14 anos;
- Regime de Capitalização para todos os benefícios;
- Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC).

Tabelas Utilizadas

- COMPESAPREV, para diárias, taxas de sala, internações, uso de equipamentos, atendimentos ambulatoriais e serviços hospitalares, com referencial anual de correção pela variação do INPC-IBGE;
- Medicamentos: SIMPRO - negociação diretamente com os prestadores de até 20% (vinte por cento) ou 32% (trinta e dois por cento) quando pessoa física;
- Medicamentos: BRASÍNDICE - preço de fábrica com acréscimo de 32% (trinta e dois por cento);
- Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM): edição/2010, com banda média sem redutor nos portes – com Unidade de Custo Operacional (UCO) a R\$ 10,00 (dez reais), Consulta Médica em consultório fixada em R\$ 90,00 (R\$ 82,01 em 2016) e consultas em pronto socorro a R\$ 60,00 (sessenta reais) com acréscimo de 30% nos casos de urgência, Filme Radiológico a R\$ 21,70 (vinte e um reais e setenta centavos).

Taxas de Utilização dos Procedimentos Assistenciais

Tabelas de morbidade ajustadas com as próprias experiências da

COMPESAPREV.

Demais Premissas e Hipóteses

- Despesas Não Assistenciais, destinadas à cobertura das despesas administrativas totais dos Planos, fixadas em 12% (doze por cento) das receitas mensais;
- Pré-requisitos para entrada em aposentadoria do titular (plano previdenciário): possuir cumulativamente 55 anos de idade, 30 anos (mulheres) ou 35 anos (homens) de contribuição à Previdência Social e 20 anos de plano (COMPESAPREV);
- Idade para permanência de filhos e equiparados: até 24 (vinte e quatro) anos;
- Banco de Dados (informações fornecidas pela COMPESAPREV);
- Sinistros (Despesas): janeiro a dezembro de 2017 (janeiro a dezembro de 2016 para o cálculo 2016);
- Beneficiários (Cadastro): dezembro/2017 (dezembro/2016 para o cálculo de 2016);
- Resultados posicionados em 31 de dezembro de 2016 e 2017, respectivamente.

20.3. Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA) e PIA Especial

Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA)

Consta no Acordo Coletivo de Trabalho que a COMPESA dispõe de plano de incentivo à aposentadoria, o qual deve obedecer aos seguintes critérios:

Pagamento de um "prêmio aposentadoria", em uma única parcela, de um dos seguintes valores, conforme opção do empregado:

- Modalidade A - dez vezes o valor salarial da COMPESA;
- Modalidade B - cinco vezes o salário contratual básico do empregado;
- Modalidade C - valor equivalente a 40% do saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para fins rescisório, relativo, exclusivamente, ao contrato de trabalho mantido com a COMPESA.

O "prêmio aposentadoria", nas modalidades A e B, terá seu valor calculado com base na Tabela Salarial vigente na data em que ocorrer o seu pagamento.

O saldo do FGTS considerado como base de cálculo dos 40%, referido na modalidade C, será o do mês de concessão da aposentadoria, após a incidência dos juros e da atualização monetária, até o mês imediatamente anterior ao do pagamento do "prêmio aposentadoria".

Farão jus ao valor do "prêmio aposentadoria", os empregados que, ao se aposentarem, tenham completado dez anos de contrato de trabalho com a COMPESA.

Farão jus ao valor do "prêmio aposentadoria" os empregados que, ao se aposentarem, satisfazendo às condições estabelecidas no parágrafo anterior, façam a comunicação à COMPESA da Carta Costeiriça de Aposentadoria da Previdência Social, para fins de desligamento da Companhia, em até 30 dias contados da data de sua expedição.

Fica assegurada aos empregados que se aposentarem por invalidez pela Previdência Social, a concessão, pela Companhia, de uma contribuição equivalente a 20% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios, relativo exclusivamente ao contrato mantido com a COMPESA.

A Companhia, em atendimento ao disposto no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, promoveu a mensuração de benefícios de plano de incentivo à aposentadoria.

A Companhia reconhece como despesa atuarial os valores presentes das obrigações com os benefícios pós-emprego, com base em laudos atuariais do exercício de 2017.

Não se registra de forma diversa do plano de previdência complementar do tipo benefício definido, patrocinado pela COMPESA com a COMPESAPREV, a existência de qualquer fundo segregado para dar cobertura aos benefícios pós-emprego apresentados.

PIA Especial

Em 14 de julho de 2011, foi aprovado em ata de reunião do Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco (SINDURB) o Acordo Coletivo de trabalho 2011/2012 relativo ao dissídio da categoria de abril de 2011.

A COMPESA concede, exclusivamente para os empregados aposentados pelo INSS que permaneçam trabalhando na referida empresa e para os empregados que preencham os requisitos para a aposentadoria pela Previdência Social até 31 de março de 2014, e que tenham feito, no prazo de adesão de 90 (noventa) dias, contados a partir de 1º de setembro de 2011 (ou seja, até 30/11/2011), a adesão ao Plano Especial de Incentivo à Aposentadoria - "PIA EXCEPCIONAL", um "prêmio de aposentadoria excepcional", na forma de um valor adicional ao pago pelo "PIA", igual a 20% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios.

Aos empregados inscritos no "PIA EXCEPCIONAL", que venham a falecer antes do recebimento do "prêmio de aposentadoria excepcional", tal "prêmio" é pago aos seus dependentes habilitados junto ao INSS.

Aos empregados inscritos no "PIA EXCEPCIONAL" que venham a se aposentar por invalidez permanente antes da data prevista para o recebimento do "prêmio de aposentadoria excepcional", é assegurado o recebimento do referido "prêmio" imediatamente após a formalização da aposentadoria definitiva pelo INSS.

O valor presente das obrigações da Companhia, no montante de R\$0,00 (R\$ 1.658 em 2016), corresponde ao PIA Especial.

Premissas atuariais utilizadas

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de Descontos:	10,01% ao ano (5,27% acima da Inflação Projetada).	11,06% ao ano (5,78% acima da Inflação Projetada).
Taxa de Rendimentos Esperada sobre o Valor Justo do Ativo:	Não Aplicável por não existir Ativo Segregado.	Não Aplicável por não existir Ativo Segregado.
Taxa de Crescimento Salarial:	(i) No que se refere ao Piso Salarial da COMPESA: 5,5477% ao ano (1% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Produtividade Geral); e (ii) No que se refere ao Salário Contratual Básico: 5,9448% (1,38% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Mérito Pessoal).	(i) No que se refere ao Piso Salarial da COMPESA: 7,06% ao ano (1% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Produtividade Geral); e (ii) No que se refere ao Salário Contratual Básico: 7,6960% (1,60% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Mérito Pessoal).
Taxa de Rendimentos do FGTS:	1,9856% ao ano acima da Inflação Projetada, considerando que anualmente a variação da TR fique, em média, 3% abaixo da Inflação Projetada de 4,5% ao ano), considerando a proposta do Governo de, já a partir de 2017, agregar, ao rendimento de 3% ao ano mais TR, o correspondente a 50% do rendimento líquido apurado com a aplicação desse Fundo.	5,0196% ao ano (2,0583% acima da Inflação Projetada, considerando que anualmente a variação da TR fique, em média, 3% abaixo da Inflação Projetada de 5% ao ano), considerando a proposta do Governo de, já a partir de 2017, agregar, ao rendimento de 3% ao ano mais TR, o correspondente a 50% do rendimento líquido apurado com a aplicação desse Fundo.

Continua →

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

Inflação Projetada:	4,5% ao ano.	5% ao ano.
Rotatividade:	2% ao ano até o empregado completar 45 anos de idade e 0% ao ano (Nula) a partir do momento em que o empregado completar 45 anos de idade.	2% ao ano até o empregado completar 45 anos de idade e 0% ao ano (Nula) a partir do momento em que o empregado completar 45 anos de idade.
Tábua Geral de Mortalidade:	qx da AT 2000 (masculina).	qx da AT 83 (masculina).
Tábua de Entrada em Invalidez:	ix da LIGHT (MÉDIA).	ix da LIGHT (MÉDIA).
Composição de Família (Cobertura do Pecúlio por Morte):	experiência dos empregados participantes do Plano Previdenciário de Benefício Definido patrocinado pela COMPESA com a COMPESAPREV	experiência dos empregados participantes do Plano Previdenciário de Benefício Definido patrocinado pela COMPESA com a COMPESAPREV

Status de cobertura	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações do PIA no início do exercício	50.604	53.812
Status de cobertura: (superávit)	50.604	53.812
Passivo líquido para empresa Patrocinadora no final do exercício	50.604	53.812

Custos esperado pós emprego	31/12/2017	31/12/2016
Custo do serviço corrente	3.130	3.133
Custo dos juros	4.808	4.815
Custo esperado estimado para próximo ano	7.938	7.948

Valor presente das obrigações	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações no início do período	50.604	53.812
Custos dos serviços correntes	3.130	3.134
Juros sobre o valor presente das obrigações	4.808	4.815
Perdas / (ganhos) atuariais	(278)	640
Benefícios pagos	(5.288)	(11.797)
Valor presente das obrigações no final do período	52.976	50.604

Nos exercícios de 2017 e 2016, os passivos líquidos, nos valores de R\$ 52.976 e R\$ 50.604, do benefício pós-emprego PIA foram reconhecidos como sendo um benefício pós-emprego

Posição do benefício a empregados em dezembro de 2017 e 2016.

Benefícios a Empregados	31/12/2017	31/12/2016
Valor justo do ativo do plano	(791.142)	(715.592)
Valor líquido das obrigações	764.496	693.513
Plano assistência COMPESAPREV	26.646	22.079
Valor do passivo não reconhecido	(26.646)	(22.079)
Saldo do plano de assistência COMPESAPREV	-	-

Valor Presente das Obrigações	125.325	103.960
Valor Justo dos Ativos	(13.962)	(10.908)
Plano assistência COMPESASAÚDE	111.363	93.052

Valor presente das obrigações anterior	50.604	53.812
Custos dos serviços correntes	3.130	3.134
Juros sobre as obrigações	4.808	4.815
Perdas e ganhos atuariais	(278)	(640)
Benefícios pagos	(5.288)	(11.797)
Benefício Pós Emprego (PIA)	52.976	50.604
Total	164.339	143.656

Plano de benefício de curto prazo

De acordo com o Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017, a Companhia disponibiliza a seus funcionários alguns benefícios de curto prazo, tais como: auxílio-funeral, auxílio-educação e auxílio-doença. Esses benefícios vêm sendo apropriados à despesa/custo do período quando incorridos.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**21.1. Capital Social**

O Capital Autorizado da Companhia passou de R\$ 4.000.000 para R\$ 6.000.000 conforme AGOE datada de 30 de abril de 2015. O capital integralizado da Companhia é de R\$ 4.000.000 representado por 110.546.002 ações ordinárias e 77.467 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

No exercício de 2017, houve alteração na quantidade de ações ordinárias do capital social da Companhia.

Foi realizado um trabalho referente ao cálculo do valor patrimonial da ação pela empresa RBO Consultores e Auditores no qual a quantidade das ações da Cia foi modificado de 92.252.303 para 110.623.469.

Foi recebido adiantamento do Governo do Estado de Pernambuco, mediante empenho, no valor de R\$ 456.245 (R\$ 224.928 em 2016) em consonância com a aprovação dos investimentos em água e esgoto aprovados pela lei orçamentária anual - LOA estadual 2017. O saldo de Créditos para aumento de capital totalizou no exercício o montante de R\$ 864.022 (R\$ 407.777 em 2016).

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos à razão de 20% do lucro líquido apurado no exercício e, em caso de liquidação, no reembolso do capital, sem direito a prêmio, bem como participação sem restrições no aumento do capital decorrente da capitalização de reservas e lucros.

21.2. Reservas

No exercício de 2017, a Companhia constituiu reservas de lucro de acordo com a Lei das SA (6.404/76) e seu estatuto social capítulo VII.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro do exercício	183.158	146.053
Prejuízos acumulados	-	(10.513)
Lucro após compensação do prejuízo	183.158	135.540

Reserva legal	9.158	4.774
Reserva Estatutária	18.316	9.548
(Reversão) Constituição de reserva de contingências	(75.136)	81.147
Juros sobre capital próprio e DMO	84.159	40.071
Reserva para dividendos adicionais	146.661	-
Total	183.158	135.540

21.2. Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Movimentação	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial de adiantamento	407.777	182.849
Quantidade de ações	9.404	4.217
Adiantamento no período/exercício (*)	456.245	224.928
Quantidade de ações	12.080	5.187
Saldo final de adiantamentos	864.022	407.777

(*) Referem-se aos créditos recebidos do governo por meio de empenhos R\$ 456.245.

22. RECEITA LÍQUIDA

	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
Receitas de venda		
Serviços de abastecimento de água	1.181.861	1.149.514
Serviços de esgotamento sanitário	349.696	323.260
Serviços de construção (*)	457.033	296.361
	1.988.590	1.769.135
Deduções da Receita		
COFINS e PIS	(141.087)	(133.949)
Cancelamentos	(30.238)	(47.878)
	(171.325)	(181.827)
	1.817.265	1.587.308

(i) Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 180 (2016: R\$2.210) referente a receita não faturada, para atendimento ao regime de competência.

(ii) Em 31 de dezembro de 2017, a receita dos serviços de construção efetuada pela Compesa corresponde a R\$328.949 (R\$168.036 em 2016), enquanto que a receita de construção decorrente da participação da PPP foi de R\$128.084 (R\$128.325 em 2016), totalizando R\$ 457.033 (R\$296.361 em 2016).

Revisão tarifária

Vide nota explicativa nº 31.5, subitem ii.

23. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
Pessoal	(265.610)	(249.520)
Energia elétrica	(153.643)	(142.649)
Serviços de terceiros	(314.020)	(266.765)
Materiais	(22.787)	(20.311)
Produtos químicos	(48.318)	(49.991)
Depreciação e amortização	(49.258)	(44.459)
Despesas gerais	(2.349)	(2.011)
Custo de construção	(457.033)	(296.361)
Total	(1.313.018)	(1.072.067)

(*) Em 31 de dezembro de 2017, o custo dos serviços de construção efetuada pela Compesa corresponde a R\$ 328.949 (R\$ 168.036 em 2016), enquanto que o custo de construção decorrente da participação da PPP foi de R\$128.084 (R\$ 128.325 em 2016), totalizando R\$457.033 (R\$ 296.361 em 2016).

Em atendimento ao CPC 17 - Contratos de Construção, a Companhia reconheceu a receita de construção e o seu correspondente custo de construção no resultado dos exercícios de 2016 e 2015, considerando uma margem zero para tais contratos, uma vez que a Administração não espera obter resultados desta operação, por não considerar esta atividade como sua atividade fim.

24. DESPESAS COMERCIAIS

	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
Pessoal	(18.186)	(16.806)
Serviços de terceiros	(46.158)	(66.821)
Materiais	(244)	(155)
Depreciação e amortização	(2.485)	(4.089)
Despesas gerais	(336)	(333)
Provisão para créditos com liquidação duvidosa e perdas com clientes	(81.745)	(86.671)
	(149.154)	(174.875)

25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
Serviços de terceiros	(55.468)	(53.760)
Pessoal	(66.461)	(59.150)
Despesas gerais	(38.148)	(33.891)
Depreciação e Amortização	(5.598)	(5.102)
Materiais	(1.472)	(1.574)
Produtos Químicos	(1)	-
Energia Elétrica	(216)	(221)
Total	(167.364)	(153.698)

26. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS), LÍQUIDAS

	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
Receitas de alugueis	973	1.490
Receitas de imobilizado	23.348	134
Ajustes - inventários físicos	(1.282)	(163)
Taxa de administração de recebíveis	120	-
Multa por imponibilidade	6.825	3.018
Recuperação de despesas	264	-
Recuperação de PIS/COFINS	39.353	27.704
Outras receitas e despesas operacionais	12.393	635
Receita venda folha de pagamento	-	9.250
Recebimento não identificado	-	5.060
Total	81.994	47.128

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas		
Receita financeira de clientes	(a) 29.317	31.832
Rendimentos de aplicações financeiras	(b) 10.828	15.141
Outras receitas financeiras	662	675
Ajuste a valor presente	-	-
	40.807	47.648
Despesas		
Descontos concedidos	(42.859)	(26.752)
Encargos e atualização monetária de empréstimos, financiamento e confissões de dívida	(55.680)	(65.982)
Perdas Atuariais	(14.487)	(16.578)
	(113.026)	(109.312)
Lucro líquido/(prejuízo)	(72.219)	(61.664)

(a) O valor é composto por juros de clientes, no valor de R\$ 5.201 (R\$ 6.418 em 2016), e multa por imponibilidade no pagamento das faturas, no valor de R\$ 24.116 (R\$ 25.413 em 2016);

(b) O saldo corresponde, principalmente, a rendimentos auferidos nas aplicações financeiras provenientes de recursos aportados pelo governo do Estado de Pernambuco, no exercício de 2016, para investimentos ainda não realizados. Assim como, de aplicação de valores referente a repessões de Convênios, como, por exemplo, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF com base no convênio no 0.011.00/2011.

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia, em face da natureza de suas atividades operacionais, que não representam riscos significativos, não possui seguros de seus ativos imobilizados.

A Companhia prevê nos termos de contrato junto aos fornecedores de obras a realizar um seguro contra risco de acidentes de trabalhos de seus empregados e de terceiros. Ocorrendo a hipótese de sinistro não coberto pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e repessões de Convênios, como, por exemplo, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, exclusivamente, as indenizações resultantes.

29. RISCOS E QUESTÕES AMBIENTAIS

A Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam pôr em risco suas atividades e seu negócio. Tal política é implementada e monitorada pela GMA - Gerência de Meio Ambiente. Isso é feito através de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento, é dada grande contribuição à proteção do meio ambiente e à melhoria das condições de saúde pública.

O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A Administração da Companhia, com base em uma análise histórica, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas com questões ambientais é necessária atualmente, inclusive em face da legislação ambiental em vigor no Brasil.

A Política Ambiental não foi objeto de auditoria pelos nossos auditores independentes.

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia considera como partes relacionadas o Governo do Estado de Pernambuco e seus órgãos, assim como prefeituras municipais que detenham participação em seu quadro societário oriundas dos contratos de concessão entre outros.

A Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

A COMPESA manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

- Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, no qual o governo aportou recursos para capital de giro e imobilização (Nota Explicativa nº 21.2);
- Contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos;
- Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário cobrado nas mesmas condições e tarifas normais de mercado para o setor público;
- Serviços de esgotamento sanitário da região metropolitana por meio da Parceria Público Privada (PPP) com a empresa Odebrecht Ambiental (Nota Explicativa nº 1.4);

	31/12/2017		Resultado do Exercício
	Balanco Patrimonial		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
	Nota 14(b)	Nota 18	

Parte Relacionada			
Odebrecht Ambiental	22.839	598.328	
Odebrecht Ambiental	-	(116.624)	
Parte Relacionada			
Odebrecht Ambiental			(195.885)
- Despesa			
- Receita com serviço de construção (nota 22)			457.033
- Custo com serviço de construção (nota 23)			(457.033)

- Remuneração dos administradores;
- Participação nos resultados dos administradores.

	Resultado do Exercício	
	31/12/2017	31/12/2016
Controlador		
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	33.362	56.367
Outras Partes Relacionadas		
Prefeituras e órgãos municipais	31.520	37.244
Remuneração dos Administradores	1.829	-

	31/12/2017		31/12/2016	
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
Controlador				
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	40.734	-	63.683	11
Outras Partes Relacionadas				
Prefeituras e órgãos municipais	105.332	9.334	110.952	9.829

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Controlador				
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	-	49.699	-	96.218
Outras Partes Relacionadas				
Prefeituras e órgãos municipais	1.057	512	1.057	512

Resultado do exercício

Os saldos credores referem-se à Receita de prestação de serviços de água e esgoto ao Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais e Prefeituras e órgãos municipais. Os devedores referem-se a despesas com remuneração dos administradores.

Ativos circulante e não circulante

Decorrem de contas a receber de clientes e créditos de convênios com o Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais e ativo financeiro junto com a Odebrecht Ambiental.

Passivos circulante e não circulante

Decorrem de convênios passivos e confissão de dívida com a Prefeitura Municipal de Petrolina e passivo financeiro junto com a Odebrecht Ambiental.

Contratos de concessão - Prefeituras - Pagamento baseado em ações

Quando do início da vigência do contrato de concessão celebrado com as prefeituras de Olinda, Gravatá, Vitória Santo Antão, Bodocó, Carnaíba, Altinho, Flores, Bonito, Salgueiro, Surubim, Itapetim, S. Maria Boa Vista, Bom Jardim, Tracunhaém, S. J. do Belmonte, Ibirajuba, R. das Almas, Itamaracá, Jataúba, Rio Formoso, Venturosa, Correntes, S. Lourenço Mata, Buenos Aires, Ipojuca, Cupira, Palmeirina, Igarassu, Chã Grande, Sairé, S. Cruz do Capibaribe, Belo Jardim, Carpina, Floresta, Belém de Maria, Barreiros, Parnamirim, S. J. da Coroa Grande, Exú, Brejinho, Vicência, Sítio dos Moreira, Granito, Sirinhaém, Ingazeira, Calumbi, Jurema, Pedra, Mirandiba, Limoeiro, Cachoeirinha, S. Bento do Uma, Betânia, Cabo, Pombos, Maraiá, Lagoa do Ouro, Paulista, Sertânia, Lagoa dos Gatos, Caruaru, Terra Nova, Garanhuns, Agrestina, Timbaúba, Canhotinho, Ipubi, Tacaimbó, Barra de Guabiraba, Jupí, Camutanga, Vertentes, Bezerros, Pesqueira, Triunfo, Glória do Goitá, Condado, Ferreiros, Orocó, Igaraci, Custódia, Verdejante, João Alfredo, Taquaritinga do Norte, Brejo, Afrânio, Capoeiras, a Companhia adquiriu o ativo imobilizado da concedente naquela data e deu em pagamento o montante correspondente em ações preferenciais da Compesa.

Ao final do prazo da concessão ou havendo a sua rescisão antecipada, a Compesa encontra-se obrigada a efetuar a recompra das ações representativas do seu capital social.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**31.1. Visão Geral**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, as políticas, os processos para a mensuração, o gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas em 2017 e 2016 adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

31.2. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho designou aos diretores da Companhia a responsabilidade pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os diretores reportam regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por esta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Esta, através de suas normas e seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem o objetivo de desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

O Conselho de Administração da Companhia supervisiona como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

A Presidência da Companhia é assistida no seu papel de supervisão pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões especiais de controles e procedimentos de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados ao Presidente.

31.3. Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros depósitos em instituições financeiras, ou de um cliente, nos casos do não cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes, bem como da existência de ativos atuariais advindos dos planos de benefícios pós-emprego (Compesaprev, Compesasaúde e PLA) não realizáveis.

Para atenuar o risco de operações com instituições financeiras, a Companhia segue a política de aplicar seus excedentes de caixa em aplicações financeiras de instituições conceituadas no mercado brasileiro, sempre buscando aplicações de baixo risco.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente (privado e público), além da sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante pulverizada, atualmente seu risco de crédito está substancialmente representado por clientes com problemas de cadastro, que impossibilitam a Companhia de utilizar as ferramentas de inserção do devedor no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou na Serasa, como forma de promover a recuperação do valor (crédito).

A Diretoria de Mercado e Atendimento, responsável pela gestão de risco de crédito, promove a atualização do seu cadastro de clientes, bem como mantém contratos de prestação de serviço com a CDL (SPC) e a Serasa, e revisa periodicamente sua política de cobrança no intuito de promover a redução da inadimplência de clientes privados. Tais medidas resultaram na redução da inadimplência do recebimento de faturas de clientes, a qual se encontra refletida na provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em 2016, a Companhia deu prosseguimento às medidas adotadas, visando mitigar os riscos de crédito.

O risco de não realização dos ativos atuariais com o COMPESAPREV decorre da existência de passivos financeiros da COMPESAPREV com a COMPESA, comentado na nota explicativa 18, bem como da inexistência na COMPESAPREV de reserva especial em favor da empresa patrocinadora, conforme previsto na Resolução CGPC 26/2008, para fazer em face de este ressarcimento. Com o objetivo de mitigar este risco, anualmente são reavaliadas as taxas de contribuição dos participantes, bem como da patrocinadora do Plano (COMPESA).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do

crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	31/12/2017	31/12/2016
Passivos financeiros não derivativos		
Caixa e equivalentes de caixa	141.854	99.721
Contas a receber de clientes	578.346	593.380
Créditos de convênios	94.028	96.183
Outros créditos a receber	11.591	10.430
	825.819	799.714

O vencimento dos recebíveis na data das demonstrações contábeis era:

	31/12/2017	31/12/2016
Não vencidos	456.924	405.270
Vencidos de 0 a 30 dias	72.733	54.863
Vencidos de 31 a 60 dias	27.066	30.724
Vencidos de 61 a 90 dias	19.100	19.522
Vencidos há mais de 90 dias	249.996	289.335
	825.819	799.714
Ajuste a valor presente contas a receber	-	-
	825.819	799.714

31.4. Risco de liquidez

Baseia-se nas dificuldades em que a Companhia poderá encontrar em cumprir com suas obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia na Administração desse risco é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez para cumprir com suas obrigações a vencerem, sobre condições normais, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para minimizar tais riscos, em 2011 a Companhia negociou com o BNDES (Debêntures) a revisão das suas obrigações contratuais, e destina a disponibilidade de recursos em aplicações financeiras que garantam a liquidez imediata e, quando necessário, utiliza recursos financeiros de seu controlador, oriundos de adiantamentos para futuro aumento de capital, mantendo-se essa política para os exercícios de 2017 e 2016.

Ademais, a Companhia possui a prática de acompanhar o atendimento dos *covenants* (vide nota 15) definidos nos contratos de debêntures junto ao BNDES.

A seguir, estão as maturidades de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	31/12/2017	31/12/2016
Passivos Financeiros Não Derivativos		
Empréstimos e financiamentos	189.038	186.220
Fornecedores	127.771	106.240
Outras contas a pagar	684.181	672.512
Consignações a recolher	4.785	4.666
Debêntures	192.552	234.574
	1.198.327	1.204.212

Na tabela a seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros.

	Valor Contábil	Fluxo de caixa ou contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos bancários	189.038	189.038	20.131	20.302	43.937	104.668	-
Fornecedores	127.771	127.771	63.886	63.885	-	-	-
Outras contas a pagar	684.181	684.181	5.749	5.745	15.929	21.758	635.000
Consignações a recolher	4.785	4.785	4.785	-	-	-	-
Debêntures	192.552	192.552	25.677	25.677	51.614	89.584	-
	1.198.327	1.198.327	120.228	115.609	111.480	216.010	635.000

31.5. Risco de mercado

Divide-se em risco cambial, cuja exposição da Companhia é mínima, e risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos captados (aplicados) no mercado. A Companhia considera sua exposição de risco baixa, em decorrência das dívidas (debêntures e empréstimos e financiamentos) serem indexadas à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJPL) e à Taxa de Referência (TR), e as aplicações financeiras estão sendo remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que reflète as oscilações do mercado financeiro.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	31/12/2017	31/12/2016
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	825.819	799.714
Passivos financeiros	1.198.327	(1.204.212)
Total (a)	(372.508)	(404.498)
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	113.921	102.117
Passivos financeiros	381.590	(420.794)
Total (b)	(267.669)	(318.677)
Total (a-b)	(104.839)	(85.821)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos à taxa variável

Análise realizada com taxas médias anuais de aplicação e captação de 10,10% e 3,93%, respectivamente. Como referência temos CDI 10,81% e TJLP 5%.

	31/12/2017		31/12/2016	
	<u>Lucro líquido/(prejuízo)</u>	<u>Aumento de Diminuição 20 pontos de 20 pontos</u>	<u>Lucro líquido/(prejuízo)</u>	<u>Aumento de Diminuição 20 pontos de 20 pontos</u>
Instrumentos de taxa fixa				
Ativos Financeiros (a)	101.165	(96.835)	147.363	141.307
Passivos Financeiros (b)	109.641	(88.359)	157.475	131.195
Total (a-b)	(8.476)	(8.476)	(10.112)	10.112

	Patrimônio Líquido		Patrimônio Líquido	
	<u>Aumento de 20 pontos</u>	<u>Diminuição de 20 pontos</u>	<u>Aumento de 20 pontos</u>	<u>Diminuição de 20 pontos</u>
Instrumentos de taxa fixa				
Ativos Financeiros	101.165	(96.835)	147.363	141.307
Passivos Financeiros	109.641	(88.359)	157.475	131.195
Total (a-b)	(8.476)	(8.476)	(10.112)	10.112

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos à taxa fixa

A Companhia considera que os ativos e passivos financeiros remunerados à taxa fixa refletem o valor de mercado, uma vez que o valor justo reflete o valor faturado ao cliente (contas a receber de clientes) ou devido a terceiros (Outras contas a receber e Créditos - Convênios).

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Instrumentos de taxa fixa				
Ativos Financeiros	825.819	825.819	799.714	799.714
Passivos Financeiros	1.198.327	1.198.327	(1.204.212)	(1.204.212)
Total (a)	(372.508)	(372.508)	(404.498)	(404.498)
Instrumentos de taxa variável				
Ativos Financeiros	113.921	113.921	102.117	102.117
Passivos Financeiros	381.590	381.590	(420.794)	(420.794)
Total (b)	(267.669)	(267.669)	(318.677)	(318.677)
Total (a-b)	(104.839)	(104.839)	(85.821)	(85.821)

(i) Contratos de concessão

Adicionalmente, a Companhia incorre em riscos operacionais referentes ao descumprimento de cláusulas contratuais ou impasses com as Prefeituras Municipais, que possam ensejar perda da "Concessão" e até problemas/impasses nas revisões tarifárias com o órgão regulador ARPE - Agência de Regulação de Pernambuco.

Os serviços públicos de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário, em seu âmbito territorial, são de titularidade e competência exclusiva dos municípios. Diante do verificado, a prefeitura, cujo contrato de concessão dos serviços públicos de água tratada e esgotamento sanitário se encontrar extinto, ou, pela ausência deste se caracterizar como precário (Lei nº 8.987/95 art. 42 e alterações posteriores), e objetivando regularizá-lo, deve formular a política pública de saneamento conforme legislação específica. Ainda, o município deverá nomear comissão específica que procederá ao trabalho de levantamento e avaliação necessária à determinação do montante de eventual indenização à concessionária. O levantamento será feito através da apuração dos investimentos realizados, não amortizados pelas tarifas; pela depreciação dos bens que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, ou seja, reversíveis; e pela apuração contábil de todos os recursos auferidos ao longo da concessão pela concessionária em razão da prestação dos serviços.

Nestas condições observamos que, devido ao alto custo de infraestrutura, manutenção e Administração das Concessões, aliados à escassez de água em nossa região, estas se tornam menos atrativas para a iniciativa privada. Ademais, em decorrência do baixo desenvolvimento econômico dos municípios, consideramos como remota a possibilidade de não renovação das concessões.

A Compesa, a cada ano, vem melhorando a oferta de água, assim como a prestação de serviços. Única empresa do ramo no estado, não há indícios de nenhum rompimento com alguma concedente. Além disso, a exploração deste negócio exige o dispêndio de elevados recursos e conhecimento técnico. O Governo do Estado, através da companhia, tem investido recursos na ampliação e feito melhorias nos sistemas.

(ii) Revisões tarifárias

AARPE, com base no Decreto Estadual nº 40.256/14 do Governo do Estado de Pernambuco, que altera o Decreto Estadual nº 33.354/2009, implantou a nova política tarifária por meio das resoluções nº 88/14 e nº 89/14, prevendo reajustes anuais através de índice que reflita a evolução de custos da concessionária, com o objetivo de recompor o valor das tarifas diante das variações monetárias. Também, nos mesmos diplomas legais, foi instituída a revisão tarifária quadrienal, a qual compreende a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas, observado o disposto no art. nº 38 da Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007.

Através das notas técnicas Arpe DEF/CT nº 01/2014 e Arpe DEF/CT nº 02/2014, a metodologia tarifária foi efetivamente definida estabelecendo-se, para o período compreendido entre 2014 a 2017, a seguinte fórmula de reajuste anual tarifário:

IRT= (0,886xIPCA + 0,114xIGP-M), onde o peso histórico das despesas da DEX, atribuídas a energia (11,4%), se vincula ao IGP-M, enquanto as demais DEX (88,6%) estão aderidas ao IPCA.

No exercício de 2016, a tarifa da Companhia sofreu um reajuste de 10,69%, com fundamento no Decreto nº 40.256/2014 entrando em vigor em 20/03/2016.

31.6. Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para garantir a confiança do controlador, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia defina como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas.

31.7. Administração do capital

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é apresentada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Total do passivo	1.632.831	1.550.811
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	141.854	(99.721)
Dívida líquida (A)	1.490.977	1.451.090
Total do patrimônio líquido (C)	5.042.075	4.493.618
Capital ajustado (B)	<u>6.533.052</u>	<u>5.944.708</u>
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)	<u>0,23</u>	<u>0,24</u>

Não houve alterações na abordagem da Companhia à Administração de capital durante o exercício. A Companhia não está sujeita a exigências externas impostas de capital.

A dívida líquida (A) representa 23% do capital ajustado (B) e 30% sobre o patrimônio líquido (C) da Companhia.

A Companhia não tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos e não efetuou em 2017 e 2016.

32. CRÉDITOS AOS ACIONISTAS

A Companhia mantém no Passivo não circulante saldo de créditos a pagar ao seu acionista majoritário - Governo do Estado de Pernambuco. Tais créditos se referem a Juros sobre Capital Próprio - JSCP de exercícios anteriores aprovados em atas de Assembleia Geral e Ordinária, que totalizaram R\$ 49.699 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 96.218 em 2016).

33. EVENTO SUBSEQUENTE**PPI – Programas de Parceria de Investimento**

Decorrente da Medida Provisória nº727/2016, aprovada em 30/08/2016 pela Câmara dos Deputados, criado para ampliar a relação entre estado e iniciativa privada, o PPI vai tornar o modelo de concessões mais eficiente e atrair novos investimentos em

projetos de infraestrutura.

A Compesa possui atualmente a maior PPP do Brasil no setor de saneamento. O programa "Cidade Saneada", que tem o objetivo de ampliar a cobertura do esgotamento sanitária da Região Metropolitana. O programa é exitoso e é esse o caminho a ser seguido para ampliar os investimentos no interior do estado, visando a ampliação dos nossos serviços.

Recentemente a Compesa foi incluída no PPI - Programas de Parceria de Investimentos, lançado pelo Governo Federal, que tem o objetivo de apoiar os estados nos estudos para definição de um modelo a ser adotado para cada um, para ampliar a cobertura de esgotamento sanitário por meio de parcerias privadas.

A Administração da Compesa entende que não será necessário realizar, neste momento, nenhum ajuste em função deste assunto.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, em reunião ordinária realizada nesta data, presidida pelo Conselheiro Sergio Luis de Carvalho Xavier, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame dos seguintes itens da pauta: I) Examinar e opinar sobre o relatório anual da administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; II) Examinar e opinar sobre o Balanço Social e demais demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; e por seus membros abaixo assinados, em cumprimento aos incisos II e VII do art. 163 da Lei 6.404/76, e com base no parecer dos Auditores Independentes, emitem o presente parecer opinando favoravelmente à aprovação do relatório da administração, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, recomendando-se que sejam todos submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária. No que se refere ao item III) Deliberação sobre a destinação de Juros Sobre Capital Próprio – JCP, no valor de R\$ 84.159.068,48 (oitenta e quatro milhões, cento e cinquenta e nove mil, sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos) em cumprimento ao inciso III, do art. 163 da Lei 6.404/76, manifestou-se a favor da destinação aos acionistas, com base no art. 9º da Lei 9.249/95 c/c inciso V, do art. 187 da Lei 6.404/76, igualmente, submetendo à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária. Também se manifestou favoravelmente em relação à integralização dos dividendos acumulados em R\$ 146.662 Mil (cento e quarenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e dois mil reais) ao Capital Social da Compesa, submetendo o assunto, com parecer favorável, à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Recife, 22 de março de 2018.

Sergio Luis de Carvalho Xavier - Membro Efetivo
Pedro Eurico de Barros e Silva - Membro Efetivo
Ennio Lins Benning - Membro Efetivo
Hélida Campos Pereira Lima - Membro Efetivo
Helano Borges Dias - Membro Efetivo

DIRETORIA

Diretor Presidente	ROBERTO CAVALCANTI TAVARES
Diretor de Gestão Corporativa	DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
Diretor Regional do Interior	MARCONI DE AZEVEDO SOARES
Diretor Técnico de Engenharia	RÔMULO AURÉLIO DE MELO SOUZA
Diretor Regional Metropolitano	SIMONE DE ALBUQUERQUE MELO
Diretor de Mercado e de Atendimento	EDUARDO CUNHA SABINO
Diretor de Novos Negócios	RICARDO BARRETTO VASCONCELOS
Diretor de Articulação e Meio Ambiente	JOSÉ ALDO DOS SANTOS

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos	SERGIO LUIS DE CARVALHO XAVIER
	PEDRO EURICO DE BARROS E SILVA
	ENNIO LINS BENNING
	HÉLIDA CAMPOS PEREIRA LIMA
	HELANO BORGES DIAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	JOÃO BOSCO DE ALMEIDA
Membros Efetivos:	ROBERTO CAVALCANTI TAVARES
	DJALMO DE OLIVEIRA LEÃO
	CYRO DE ANDRADE LIMA
	LUIZ CLÁUDIO ARRAES DE ALENCAR
	JAIR JUSTINO PEREIRA
	JOSÉ ÁUREO RODRIGUES BRADLEY
	LUIZ CARLOS DA SILVA

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Contador	IRACIVALDO BEZERRA CRC-PE 11316/0-5
----------	--

